defende defende nossas familias

solidão do tirano massacre empresa nacional

atriz atriz que vecusou recusou estrelato

CCRITICA ANO 2 / Nº 62 13/19 DE OUTUBRO DE 1975 Cr \$ 4,00

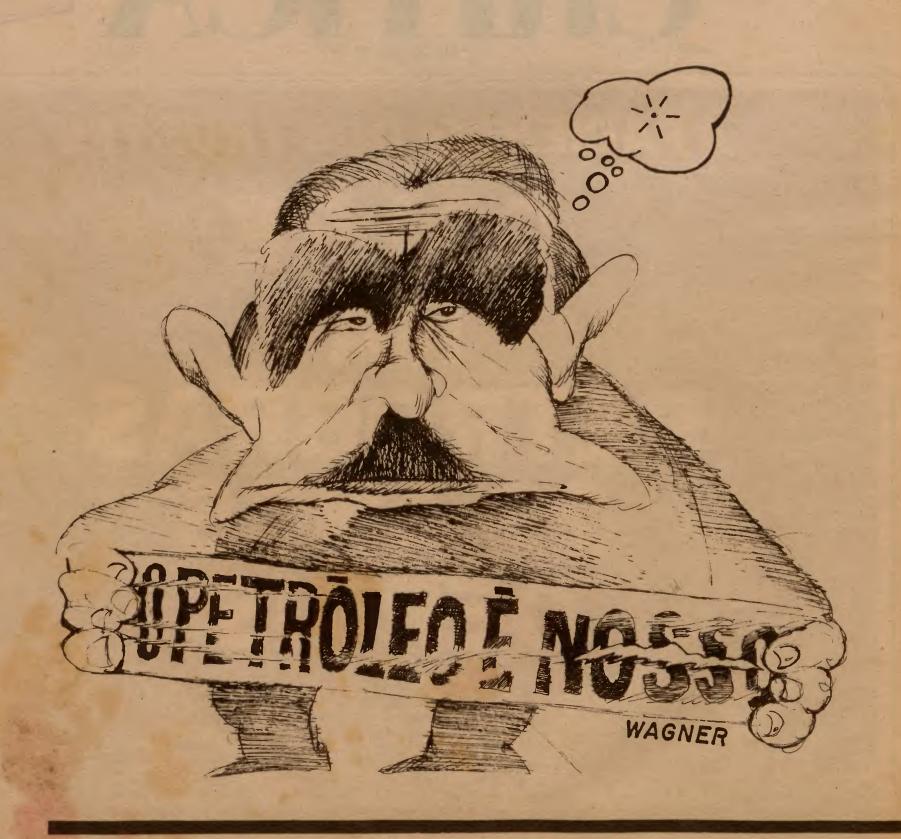
CEMAP - NEW MORECA

A PACIÊNCIA DOS TRUSTES

GOLPE NA PETROBRÁS 22 ANOS DEPOIS

O presidente da República anunciou ontem a decisão de abrir às multinacionais a exploração do petróleo brasileiro, através dos chamados contratos de "risco". Praticamente é o fim do monopólio estatal do petróleo (estabelecido pela lei 2.004), graças ao qual a Petrobrás em menos de 20 anos se transformou numa das maiores empresas do mundo. O cartel das famosas "sete irmas" (Esso, Shell, Texaco & cia.) não descansou um só instante nestas duas últimas décadas na esperança de um dia vencer a resistência nacionalista. Valeu a pena. Agora, é a hora e a vez dos trustes internacionais do petróleo (ver Editorial e Os Fatos Econômicos).

05 CONTRATOS DE RISCO



CRITICA 13 a 19/10/1975

Menos como uma homenagem ao nome respeitável de Matos Pimenta, que como contribuição à causa do petróleo brasileiro e da soberania nacional, honramos hoje a página destinada ao do juros elevados? editorial de Crítica, com a transcrição do artigo -"Contratos de risco"-daquele grande lutador Jornal do Brasil, edição de 8/10/73. Este jornal que não é pago para destruir o monopólio estatal do petróleo, também não deseja pagamentos para defender a soberania econômica de nossa pátria. Defende-a de graça, como Matos Pimenta, para cumprir um dever.

OR QUE os trustes petrolíferos não oferecem contratos de risco para a exploração de petróleo no Japão? Porque sabem que no Japão não há petróleo.

Por que os mesmos trustes assinarão contratos de risco com o Brasil? Porque sabem que no Brasil há probalididades de abudante petróleo.

Desde o dia em que os técnicos da Petrobrás descobriram possibilidades de grandes jazidas petrolíferas na plataforma continental de Garoupa e Sergipe, surgiu a idéia de transferir aos trustes os "riscos" de encontrar petróleo no Brasil. Foi assim também quando brasileiros fizeram jorrar petróleo pela primeira vez no nosso país. Surgiram os advogados dos trustes estrangeiros prontos para obter concessões de exploração de

petróleo brasileiro. Artur Bernardes alertou então: "Isso é mons-

truoso crime contra a pátria".

Oswaldo Aranha escreveu-me, em 7 de setembro de 1947, sobre a exploração do petróleo no Brasil: "Boa, má ou péssima, só há uma solução: a sua exploração pelo Estado".

Assim culminou vitoriosa a luta pela Petrobrás, há

vinte e dois anos.

LEGAM, agora, os advogados dos trustes que há urgente necessidade de auto-suficiência de petróleo para se evitar os deficits do balanco de pagamentos. Afirma, porém, o ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen: "Os contratos de risco firmados agora não influirão a curto prazo no balanço de pagamentos". E a opinião da Petrobrás sobre o assunto é a seguinte, segundo os jornais: "Não adianta chamar para o Brasil quantas companhias estrangeiras haja no mundo porque produção de petróleo depende de prazos rígidos, que vão desde a primeira perfuração até a exploração efetiva dos poços porventura descobertos. Esse prazo varia, inexoravelmente, de cinco a oito anos. Nenhum capital de risco elevaria imediatamente a produção de petróleo para desafogar nossas importações".

Os advogados dos trustes, porém, pretendem ensinar ao ministro da Fazenda e à Petrobrás a respeito de

contratos de risco.

Argumenta o vice-líder da Arena, senador Osíris Teixeira, que "à Petrobrás faltam recursos financeiros e um know-how ainda não desenvolvido". Foi esse o argumento, também dos que preconizavam, há mais de vinte anos, a concessão de exploração de nosso petróleo aos trustes estrangeiros. A Petrobrás provou, porém, sobejamente, a não-razão de tais argumentos, ressurgidos agora em prol dos contratos de

Por que os trustes correrem os riscos de gastar dinheiro sem encontrar petróleo? Por que não emprestam seus haveres à Petrobrás, sem risco algum, receben-

O referido vice-líder da Arena chamou a isso de "nacionalismo canhestro, ultrapassado". Foi esse nacionalista, publicado como matéria paga pelo também o argumento dos que preconizavam, há mais de vinte anos, a concessão de exploração do nosso

petróleo a trustes estrangeiros.

A Petrobrás custou anos de luta árdua para se tornar realidade. Abrir-lhe brechas para qualquer espécie de penetração dos trustes estrangeiros seria "monstruoso crime contra a pátria", como afirmou Artur Bernardes, presidente de honra da campanha histórica denominada "O Petróleo é nosso".

Essa campanha teve êxito graças ao apoio da grande maioria dos oficiais do Exército. Não acredito que o General Geisel, que veio da Presidência da Petrobrás - verdadeiro consolidador da Petrobrás concorde com os referidos contratos de risco, claro eufemismo das preconizadas concessões de exploração

de nosso petróleo.

Com Artur Bernardes, general Horta Barbosa e general Leitão de Carvalho, fui um dos presidentes de honra da grande campanha denominada "O petróleo é nosso". De uma feita o general Iberê de Matos, meu amigo e professor da Escola Técnica do Exército, escreveu em O Jornal dois artigos acusando a referida campanha de "comunista". Respondi-lhe em quatro artigos, pelo Jornal de Debates, provando ser a mesma campanha genuinamente "patriótica". Após meu último artigo cento e quarenta oficiais alunos da Escola Técnica do Exército enviaram ao general Horta Barbosa a seguinte moção: "Os abaixo-assinados, oficiais alunos da Escola Técnica do Exército, vêm expressar a V. Exa. os protestos de sua solidariedade na campanha altamente patriótica de defesa do nosso petróleo, da qual é, com inteira justica, digno patrono. A tese de V. Exa., amplamente debatida e divulgada em todo o país, empolgou brasileiros conscientes da magnitude do problema, vinculado ao progresso econômico e defesa da nossa pátria". Seguem-se as assinaturas de cento e quarenta oficiais alunos da Escola Técnica do Exército.

STOU certo de que se procedessemos, hoje, a um plebiscito entre os oficiais das nossas forças armadas em torno da assinatura de contratos de risco com trustes estrangeiros para exploração de nosso petróleo, mais de 90 por cento dos oficiais de nossas forças armadas responderiam com um retumbante "não".

A Petrobrás excedeu de muito as mais otimistas expectativas do povo brasileiro. Não deve sair, em hipótese alguma, do caminho que vem palmilhando afirmação de nossa capacidade.

O deputado João Gilberto conclamou o seu partido a "sair às ruas para evitar a entrega do petróleo aos estrangeiros". Realmente, se for necessário, repetir-se-á no Brasil, a grande e vitoriosa campanha denominada "O petróleo é nosso" campanha nascida nos centros acadêmicos de São Paulo e que empolgou o povo, as forças armadas, o Congresso e o governo até a vitória com a Petrobrás. Chegou a hora de os centros acadêmicos de São Paulo ocarem novamente os clarins de alerta para que permaneça intocável o monopólio estatal do petróleo. A Petrobrás, através da Braspetro, está, ela própria, fazendo prospecções em países estrangeiros. Incumbir os trustes estrangeiros de fazer prospecções de petróleo no Brasil não tem sentido, é irrisório.

GERARDO MELLO MOURÃO

DIRETOR-SUPERINTENDENTE CHEFE DE REDAÇÃO I. L. de Alencar

ADMINISTRAÇÃO Gerente Administrativo T. C. Santos

PAGINAÇÃO Mario José da Silvo CAPA: Wagner PUBLICIDADE Av. Rio Branco, 156 - 12 and add 1222, tel. (021) 242-7395 ASSINATURAS

Cr\$ 100,00 6 meses Exterior: um ano US\$ 50.00 US\$ 30,00 6 meses

Cr \$ 200,00

 Artigas assinadas são da responsabilidade de seus autores.

 A redação não se responsabiliza por manuscritos que lhe sejam enviadas. COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Arca Editora e Gráfico S. A Rua Equador, 702, Rio (RJ) Telefone: 223-1715

CRITICA

E propriedade da Lattara Crítica Ltda. Av. Rio Branco, 156, 12º andar, sala 1222, telefane (021) 242-7395



PEDIDO DE ASSINATURA

Destaque este cupam e mande junto ao pagamento à ardem de

EDITORA CRÍTICA LTDA. Av. Rio Branco, 156, sala 1222, Rio - RJ, Brasil

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE

1 ANO | BRASIL (Cr \$ 200,00) | EXTERIOR (US\$ 50,00) 6 MESES BRASIL (Cr\$ 100,00) EXTERIOR (US\$ 30,00)

NOME

RUA

ESTADO.....

PAÍS

CIDADE

CEP.....

JUNTO MEU PAGAMENTO POR

CHEQUE VISADO PAGÁVEL NO RIO

VALE POSTAL



Em resenha ao livro «Portugal, um Salto no Escuro», de Sebastião Nery, publicada no Suplemento Literário da Tribuna da Imprensa (6-9-75), o comentarista Paulo Roberto Marques, ressaltando o cará-ter sério da obra, assinalava dois pontos básicos expendidos pelo Autor: sua evidente simpatia pelo bernsteiniano Sr. Mário Soares, e sua inter-pretação dos resultados eleitorais portugueses.

Aqui nas páginas de Crítica, .º 60), César Malta comentando o mesmo livro, escreveu duas ou três coisas que SN deveria ler e reler, se deseja, de fato, manter o respeito daqueles que o admiram por sua longa folha de serviços em favor das liberdades democráticas e da justiça social" (CM).

Nery, de quem se pode dizer, no mínimo, que é um profissional competente, tem todo o direito de simpatizar com quem bem lhe apeteça, embora política não seja concurso de "miss". Não se lhe exige, tampouco, o surrado clichê da análise objetiva. A objetiva é de interesse do fotógrafo. Não do repórter. Não do jornalista. Agora, não é aceitável, nem se desculpa, que Nery atribua a Álvaro Cunhal a responsabilidade exclusiva do fluxo e refluxo a que está sujeita a Re-volução de 25 de abril.

Que o Secretário-Geral do PCP tenha "a exata medida do abismo", credite-se esta visão profunda (sem trocadilho) do processo revolucionário por tendo à perspicácia política tuguês à perspicácia política

CÃO CANTEIRO

de quem viveu anos na clan-destinidade e outros tantos nos cárceres salazaristas. Oito anos de total incomunicabilidade, numa masmorra ou em qualquer outro lugar, devem servir para alguma coisa. Quando se sobrevive, naturalmente. Para um homem de idéias, de reflexão, um intelectual, enfim, essa provação é mais desesperadora e insuportável do que seria a um sexomaníaco, se condenado à idêntica pena. Este pelo menos poderia render suas homenagens a Onã.

Se, como afirma Sebastião Nery, o Sr. Mário Soares, na magnificente posição de dirigente do maior partido de Portugal, o Partido Socialista, tem em suas mãos "um instrumento político para o amanhã" por que o drama desse país, hoje, depende das atitudes de um único homem - Álvaro Cunhal? Por quais artes de berliques e berloques, o chefe de um partido detentor de apenas 12% do apoio popular, terá conseguido tal façanha?

Será que para evitar o "atropelamento" da História, dando ensejo ao retorno da longa treva fascista, torna-se imprescindível ao povo português entregar seu destino ao guarda-de-trânsito social-democrata, Mário Soares? E se este resolver pedir ajuda a certo prussiano de fancaria, cujo oportunismo é de todos conhecido? Não nos esqueçamos (Nery parece que sim) que este senhor de monóculo mamou durante anos nas tetas manchadas de sangue inocente da barbárie salázarocaetanista. Hoje mudou de patrão. Talvez um de melhor estilo. Mas à direita da direita.

Não minimizamos o valor de «Portugal, um Salto no Escuro». Malgrado suas falhas é o que de mais decente se escreveu sobre a situação portuguesa desde a derrubada da ditadura fascista, cujas misérias, terror, violência e toda espécie de agressão aos mais comezinhos direitos humanos eram escandalosamente sabidos por todos. Menos de nossa "grande imprensa", claro.

A parábola narrada por SN no início do capítulo final de seu livro, a do cão e os cravos, é bem ilustrativa do estado de espírito de um povo na dessuetude da liberdade durante meio século.

Certo cavalheiro, sem sair de seu ofício, deu alguns palpites sobre culinária. Ao que parece ainda não se descobriu outra maneira de fazer omele-

JOÃO DA PENHA

CARTAS

pergunta: dúvidas e dívidas

Recebemos, com pedido de publicação, a seguinte carta:

"No dia 8 de outubro de 1973, nós (quatorze pessoas, entre diretores, atores e cenógráfo) nos reunimos e decidimos montar um espetáculo: «Somma» ou «Os Melhores Anos de Nossas Vidas». Para tanto já pos-suíamos uma firma registrada, «Teatro Mágico Ltda», que havia realizado neste mesmo ano o espetáculo «As Loucuras do Dr. Qorpo

Não havendo, porém, produtor ou capital que nos subvencionasse, resolvemos nós mesmos arcar com as responsabilidades dessa produção, em todos os sentidos: econômico, artístico e administrativo.

Assim, sob a direção de Amir Haddad, ensaiamos durante cinco meses e finalmente no dia 15 de maio de 1974 no Teatro João Caetano, abrimos nossos trabalhos pra o público.

Já estávamos em temporada há trinta e cinco dias quando fomos surpreendidos pela notícia que nossur preendidos pela noticia que lios so trabalho tinha sido suspenso pela censura. O que nos causou danos consideráveis tanto no campo artístico quanto no administrativo e no psicológico, isso sem falar no econômico, que é a principal razão dessa

Explicando. No momento da interdição do trabalho pela censura nosso passivo era de Cr\$80.000,00. importância essa, que esperávamos poder recuperar com o prosseguimento normal da temporada e com a concessão de auxílio para montagem que a Comissão Estadual de

Teatro do então Estado da Guanabara concedia aos grupos que mais se destacassem durante o ano. Com a suspensão do espetáculo pela censura restou-nos somente a segunda opção como única maneira de saldar as nossas dívidas mais urgentes, tais como: produção da peça, salários de atores, encargos sociais, etc.

Para o nosso alívio, porém, a Comissão Estadual de Teatro, com base no decreto lei 387 de 5/6/70 e no decreto E nº 4.452 de 18/11/70. no decreto E nº 4.452 de 18/11/70, houve por bem conceder o auxfilio financeiro ao "Teatro Mágico Ltda", autorizando a despesa de Cr\$ 44.913,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e treze cruzeiros), constantes do processo 13.500057 - 74, publicado no Diário Oficial do dia 10 de dezembro de 1974 - pág. 19733.

A partir desta data tentamos receber o auxílio financeiro a que tinhamos direito. Relatamos a seguir as informações que obtivemos nesta tentativa.

Soubemos que o processo após ter passado pela Secretaria de Cul-tura Desp. e Tur. chegou no dia 31 de janeiro de 1974 na Secretaria da Fazenda, indo no mesmo dia para a auditoria. A auditoria enviou para a Tesouraria no dia 10 de março, e o processo voltou para o protocolo no dia 13 de março. Finalmente, a últi-ma informação obtida nos dava conta que o nosso processo estava desaparecido e a promessa de que todos os esforços seriam feitos no sentido de localizá-lo

Quer dizer, passados dois anos do tempo de ensaio, um ano e quatro meses da temporada, um ano e dois meses da publicação do Diário Oficial, até hoje, dia 25 de setembro de 1975, ainda não recebemos a tão desejada verba.

CONSEQUÊNCIAS - Por não termos recebido este dinheiro as dívi-

19 20

18

das antigas não puderam ser salda-das. Por conseguinte nosso crédito na praça ficou abalado. Com isso ficamos impossibilitados de nos dimensionármos economicamente pra a produção do nosso novo projeto teatral intitulado «Calma que o Brasil é Nosso», antologia de textos nacionais em ensaios há mais de 4 meses. É esta a nossa situação.

PERGUNTAS - Não temos meios PERGUNTAS - Não temos meios de resolver esse problema. Já tentamos tudo. Gostaríamos de saber a quem recorrer. Quem poderia nos esclarecer a respeito do desaparecimento do processo 13.500057 - 74 que nos concede o auxílio no valor de Cr\$ 44.913,00?

Na expectativa de obtermos alguma resposta estamos enviando esta carta-pergunta ao Ministério da Educação e Cultura, na pessoa do sr. ministro Nei Braga, ao Serviço Nacional de Teatro, na pessoa do seu diretor sr. Orlando Mirando do seu diretor sr. Orlando Mirando do Secretaria de Educação do Estado Secretaria da Educação do Estado do Rio, na pessoa da sra. Myrtes Wenzel, ao Departamento de Cultura na pessoa do seu diretor Paulo Affonso Grisoli, à Comissão Esta-dual de Teatro e a todos os órgãos de imprensa. Temos calma, mas nem tanto

O TEATRO MÁGICO Amir Haddad

Ailton Farias José Luiz Ligiéro Coelho Maria Esmeralda Ivo Fernandes Mariza Short Luiz Rial Joseli Antonio Osório Vasconcellos Eduardo Rodrigues Ricardo Pavão Angela Valério

P.S. Qualquer contacto deverá ser feito através da Coarte – Rua Bara-ta Ribeiro. 391 – 601 /602.

CRITICA 13 a 19 10 1975

25

23

24

22

21

cm 1

ESMAGAMENTO DA EMPRESA NACIONAL

"O híbrido, confuso e indefinível sistema econômico brasileiro, na última década, tem sido objeto de estudos e debates cuidadosos por parte de cientistas sociais e políticos, não apenas do Brasil, mas do exterior... e favorece o rico contra o pobre ... e não há a menor condição de a pequena e média empresa sobreviverem na atual situação".

Tarcísio Delgado (MDB-MG) fez importante pronunciamento no Congresso, analisando o processo de esmagamento econômico-financeiro sob qual se encontra a atividade produtora nacional. Equacionando sob esses temas o seu trabalho, iniciou explicando por que considera híbrido e confuso o sistema

econômico vigente.

"Porque", diz ele, "se o governo, de um lado, através do executivo e seus agentes, reiteradamente confessa ser favorável a uma política econômica de incentivos à iniciativa privada, por outro lado, causando confusão, o governo, embora tímido, embora indefinível, embora sem uma decisão objetiva em algumas áreas dos meios de produção, invade a atividade da iniciativa privada, estabelecendo o que chamamos de empresas estatais ou de economia mista. Fica, então, o governo, a praticar uma atitude e a divulgar coisa diferente. Por outro lado, quando vamos examinar propriamente a atividade da iniciativa privada no Brasil constatamos - e aí de maneira mais estranha - que os incentivos, os insumos, o desejo, a vontade e o trabalho, o exercício do governo e do poder público dirigem-se, quase que exclusivamente, em benefício dos grandes grupos econômicos, principalmente das empresas internacionais e das multinacionais. Fica-nos, então, essa dúvida e, por isso, temos que considerar esse sistema como híbrido e confuso. Tímidamente o governo, em determinados setores, entende - e muito bem - de criar organismos estatais para o exercício da atividade. Por outro lado, quando o governo fala na defesa da iniciativa privada, não o faz como deveria, porque, em detrimento da pequena e média empresas, beneficia exclusiva-mente os grandes grupos econômicos". A seguir o parlamentar oposicionista

A seguir o parlamentar oposicionista indaga o que seria, para o governo, a iniciativa privada. "Estariam – diz – hoje os poderes públicos oferecendo gratuitamente à pequena e média empresas do país terrenos para implantar suas indústrias e seu comércio? Isenção de impostos por 10 ou 20 anos? Créditos especiais nos organismos governamentais? Insumos e incentivos? Estariam oferecendo à pequena empresa, predominante neste País, as vantagens que oferecem com abundância aos grupos internacionais?" Afirma, então, que esses grandes grupos empregam menos de um terço da mãode-obra disponível hoje no Brasil, razão por que pergunta: "E os outros dois terços? Onde ficará quem tem de trabalhar na pequena e média empresas?

Acentua que a caracteristica do sistema econômico brasileiro é a concentracão da riqueza para os grandes grupos, que favorece o rico contra o pobre, "os poucos ricos em número cada vez menor e cada vez mais ricos, em detrimento dos muito pobres, cada vez em maior número e cada vez mais pobres". E argumenta que essa realidade não se restringe ao plano individual, mas, também, o que é importante, às empresas, à própria tôni-ca do sistema econômico. "Esse sistema afirma – está contra a iniciativa privada genuinamente brasileira, aquela de cada brasileira que, ao estabelecer seu pequeno comércio ou sua pequena indústria, não recebe qualquer incentivo que possa colocá-la em situação de defrontar-se com os grandes grupos eco-

Exemplifica Tarcísio Delgado o que sucede hoje com qualquer grupo econômico nacional ou estrangeiro, "normalmente estrangeiro, porque não há muitos grandes grupos econômicos nacio-

nais", que queira se implantar no país. Recebe, de saída, terreno, infraestrutura, terraplanagem, asfalto, e até construção de prédios em alguns setores. "Posso dar exemplo de casos semelhantes ocorridos com algumas multinacionais que conheço".

E prossegue o deputado do MDB-MG

"Esse grupo recebe, através dos organismos governamentais, todo tipo de financiamento e até mesmo verba para seu capital de giro, a juros especiais, em condições excepcionais. Este não é um empréstimo comum. Este não é o empréstimo que fazem às empresas brasileiras, é um negócio especial. Então, juros especiais, ausência de correção monetária, carência de pagamento significam empréstimo especial porque só é feito a grandes grupos estrangeiros. Vêem, depois, os insumos, e o grupo exige que a prefeitura de isenção por 10 ou 20 anos. Por sua vez o Estado concede também isenção e, às vezes, até desconto sobre o ICM. Temos provas de grupos internacionais que conhecemos e que, hoje, se estão instalando no Brasil nestas condições.

Iniciativa nacional

Após esta análise do sistema econômico em relação aos grandes grupos econômicos, notadamente internacionais e multinacionais, o representante emedebista passa a indagar:

"E a iniciativa privada tipicamente brasileira? E o pequeno e o médio empresários, que sequer dispõem de local para instalar seu comércio, sua indústria, sujeitando-se ao pagamento de aluguéis extorsivos? Aí vem o emaranhado do sistema econômico. Alguns poucos ricos proprietários exigem pagamento de aluguéis elevadíssimos para o empresário brasileiro, subjugando, dessa forma, quem não recebe sequer isenção de im-

postos nem insumos para seu pequeno comércio, ou para sua pequena indústria. Se vai ao banco oficial, tem de pagar os juros normais, correção monetária, tudo a curto prazo. Como poderá esse empresário concorrer com os grandes grupos que ali se instalam fabricando o mesmo artigo? Como podera progredir? Onde ira esse empresario brasileiro? No município onde existe uma dessas grandes empresas multinacionais que podem empregar 6 a 7 mil pessoas há 30 mil trabalhadores empregados na pequena e média empresas. Estas representam a maioria no todo brasileiro, mas estão abandonadas, sem assistência, espezinhadas pelo poder economico internacional, que conta com a ajuda do Governo Federal'

A seguir, diz que o sistema econômico hoje vigente no país é pior do que o do liberalismo econômico, "porque este, pelo menos, deixa livre a economia - não há o controle estatal sobre ela - e o de hoje entra para controlá-la, mas a favor das multinacionais". Diz mais: "É preferível o liberalismo neste caso, porque modernamente se admite a intervenção do Estado na economia. O controle do Estado é necessário justamente para que este possa preservar o que é mais nacional e seu, a pequena e média empresas. Por isto, modernamente - repito - se aceita, e é necessária, sem dúvida, a intervenção estatal no liberalismo econômico, mas não para privilegiar os poderosos de fora, como se está fazendo hoje, e sim para beneficiar os sacrificados, que atualmente representam a maioria na economia brasileira, os pequenos empresários, que estão espezinhados diante de uma completa impossibilidade de concorrência com os grandes grupos favorecidos por todos os meios pelo governo"

Declara, por fim, que pode afirmar, sem nenhum medo, que o empresário

brasileiro que usou o crédito bancário nas condições normais "está hoje numa situação dificílima, praticamente insolvente, dada a maneira como vem sendo aplicada a correção monetária".

Fatos que ilustram

Três representantes do MDB interromperam o pronunciamento do seu colega de bancada para oferecer fatos que ilustram a análise por ele feita. Foram Jerônimo Santana, de Rondônia, Luiz Henrique e Francisco Libardoni, de Santa Catarina.

O primeiro denunciou que o governo está emprestando 600 milhões de cruzeiros, sem juros, à Companhia Souza Cruz. E diz: "De que forma? Admitindo que o recolhimento do imposto da companhia se faça de 6 em 6 meses, Isso é incentivo que se dá a uma multinacional. Trata-se de um escândalo, comparado com o que se dá às demais".

Por sua vez, Luiz Henrique, apoiando o oposicionista mineiro, citou um exemplo: "em minha terra, Santa Catarina, fugido do Congo Belga, após o processo de nacionalização daquela região, um belga associou-se a um frances, conseguiu todos os incentivos da Sudepe e da prefeitura municipal da localidade e instalou uma grande indústria pesqueira Depois houve uma briga entre os sócios, porque o francês descobriu que o belga estava querendo passá-lo para tras quando leu a carta que o belga escrevia para o filho: "Venha ao Brasil, meu filho. descobri uma máquina de ganhar dinheiro. Montamos uma empresa fabulosa Entramos com um Gordini e com 50 mil cruzeiros, na época. Venha ao Brasil, meu filho". É isso o que ocorre no Brasil. A Sudepe é um exemplo e todas as outras fontes de crédito estão a justificar a análise: dinheiro a rodo, incentivos a rodo, insumos a rodo. Para quem? Para os estrangeiros que nos exploram, pouco deixando para as pequenas e medias indústrias, a fim de garantir o desenvolvimento desta Nação

Francisco Libardoni citou mais exemplos: "Um deles se refere à indústria de óleo que beneficia o soja. Há 2 anos o feijão soja custava 80 cruzeiros a saca e o óleo consumido pelo povo, inclusive em Brasilia, era vendido a Cr\$3,80. Segundo os jornais, hoje a mesma lata, em Porto Alegre, custa 7 cruzeiros. Não entendemos porque o governo não usa dos meios de que dispõe para proibir esses abusos praticados pelas multinacionais que aqui se implantaram com todos os beneplácitos do Governo. É o que ocorre no Rio Grande do Sul, no Paraná e em São Paulo, onde tais empresas compram a maioria do soja Tendo filiais no Brasil, quando não convem exportar o óleo, vende-o aqui, com a anuência do governo, pelo preço que bem entendem. Cito também o caso de frigoríficos que têm cota para a exportação da carne. Estão hoje desenvolvendo uma campanha em todo o território nacional, fechando a majoria dos pequenos frigorificos, em beneficio de quem? De uns 2 ou 3 frigoríficos nacionais Mas a grande maioria dos frigorificos é constituída de multinacionais. Poderemos citar também o ramo de supermercados. Hoje no Rio ou em Brasilia, se analisarmos esse setor, verificaremos que beneficiadas são as multinacionais. Poderemos citar outros setores da economia, como o dos transportes. As pequenas empresas de transporte estão desaparecendo, lutando com dificuldades, principalmente as de transporte aéreo"



(RITK: 13 a 19/10/1975

Consumidor de gás espoliado

O consumidor no país é altamente desrespeitado em todos os escalões, pois a corda sempre parte do lado mais fraco. Ode-mir Furlan (MDB-SP), analisando o problema dos bujões de gás liquefeito, cujo peso não corresponde ao anunciado embora o valor de sua venda a este corresponda, levou ao conhecimento da Câmara que mensalmente, de uma só empresa, são subtraídas, de Minas para Brasília e vice-versa, cerca de 20 t, num simples processo rotineiro de notas frias'

A irregularidade vem sendo praticada há mais de 10 anos enquanto, acrescentou, "a opinião pública estarrecida, aguarda uma providência enérgica das autoridades, pois os culpados merecem uma punição severa e os consumidores carecem ser reembolsados nos milhares de cruzeiros que lhes foram roubados. A simples punição de 3 homens não vai diminuir o acúmulo da riqueza ilícita adquirido pela empresa."

Disse mais: "O próprio gover-

no federal, que se deixou iludir durante vários anos, face à não descoberta do roubo por parte do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, deve investigar o assunto com rigor e seriedade, para não se ver também comprometido nessas manobras, pela omissão de seus representan-

Argumenta que "se de um lado não se pode, ao primeiro exame da matéria, acusar frontalmente as empresas distribuidoras de gás, por outro lado não se pode esconder uma certa desconfiança ao conhecimento do problema, que se vinha arras-tando de há muito, se não provocado pelas empresas, pelo menos com a conivência de altos funcionários e elementos de confiança das direções maio-

O fato levado à Camara pelo deputado emedebista de São Paulo reclama do governo ur-gente e salutar providência que ponha fim à exploração de que são vítimas os milhões de consumidores de gás liquefeito no país, não só pela gravidade de que se reveste, mas pelo indeclinável dever de resguardar a bolsa da população espoliada.

Custo de vida e salários dos bancários

O deputado Frederico Brandão (MDB-SP), saudou, da tribuna da Câmara, o fato de a Confederação Nacional dos Bancários, após três anos de intervenção decretada pelo então ministro Júlio Barata, haver voltado à normalidade, reintegrando-se na democracia

sindical.
Fez questão o representante emedebista de declarar, para que constasse dos anais, que a diretoria da confederação se encontra constituída de Wilson Gomes de Moura, Laércio de Figueiredo Pereira, Evaldo Longo Marchant, Lourenço Ferreira do Prado, Edson de Jesus Jinkings, Lauro da Silva Aquino, Luiz Carlos Saldanha de Almeida, Heitor Alves da Rocha e Benedito Machado de Siqueira Júnior; e fazem parte do Conselho Fiscal, Álvaro Faria de Freitas, Pedro Natali e Theophilo Schmidt.

Frederico Brandão concluiu comunicando que a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados de São Paulo e Mato Grosso entregou memorial ao presidente da República, onde consubstancia as preocupações da classe pela defasagem existente entre o custo de vida e os reajustamentos percentuais de seus salários, que progressivamente vêm decrescendo.

Do referido memorial constam as seguintes reivindicações: a) autorização para reajustamento salarial compatível

com as suas necessidades e de suas famílias, de modo a que o poder aquisitivo da remuneração de seu trabalho seja restabelecido; b) contenção drástica do custo de vida, para que o reajustamento salarial não venha a ser anulado progressivamente; c) restabelecimento da livre contratação entre as entidades representativas de empregados e empregadores, nos casos de convenção ou acordo coletivo de trabalho; d) restabelecimen-to da competência normativa da Justiça do Trabalho no jul-gamento dos dissídios coletivos; e) restabelecimento da estabilidade no emprego, como medida de segurança social e de defesa do aperfeiçoamento das condições de trabalho; f) proibição da locação de mão-de-obra, em caráter permanente, através das chamadas empresas de trabalho temporário e fiscalização rigorosa dessa modalidade de contrato de trabalho, inclusive em relação ao cumprimento da lei 6.147; g) medidas de caráter normativo, no sentido de impedir-se a rotatividade da mão-de-obra.

Contra os interventores municipais

Contrariando o parecer do senador Jarbas Passarinho (Arena-PA) que concluiu pela rejeição das iniciativas constitucionais que visavam a devolução da autonomia às capitais dos estudos e demais municípios, cerca de 500, que sob a justificação do interesse nacional e de serem estâncias hidrominerais, são governados por interventores, o senador Lázaro Barbosa (MDB-GO) presidente da comissão incumbida de estudar o assunto, emitiu voto em separado, colocando o problema em termos isentos e de inegável bom senso, identificado com os princípios democráticos.



Lázaro Barbosa: o voto não faz as estâncias menos agradáveis

A certa altura do seu voto acentua o senador emedebista: "Responsáveis pela segurança nacional não são apenas os prefeitos, os vereadores, o juiz, o comandante militar de uma unidade e os seus soldados, mas todos brasileiros, militar ou civil, rico ou pobre, preto ou branco, homem ou mulher, todos, sem distinção de carreira, cor, estado social, ou credo político e religioso. Daí porque não entendo, data venia, a justificativa de que no interesse da segurança nacional, centenas de municípios, inclusive as capitais, devam continuar formando o cordão a cada dia mais extenso dos que, os seus naturais não podem eleger o prefeito. Não consigo entender, por mais que me esforce, que o ato de um cidadão entrar numa cabine e ali depositar seu voto para pre-feito, conflite com a idéia de segurança'

Não aceita a tese do confronto entre prefeitos das capitais e governadores, pois que o remédio está na prática democrática que aprimora a educação política, e que a aplicação dos recursos financeiros pelos interventores municipais quase sempre se desvia das prioridades da comunidade para obras de fachada, pela tentação da disputa de cargos eletivos pelo voto direto, no que são julgados pela opinião pública que não se identificou com o seu comportamento administrativo.

Alinhando uma série de razões, simples, diz ainda o parlamentar oposicionista: consigo entender por mais que me esforce, que nos casos das estâncias hidrominerais, o simples fato do eleitor chegar com uma cédula e depositá-la na urna, possa tornar essas estâncias menos agradáveis'

Ford denunciada ao **Ministério**

Francisco Amaral (MDB-SP) declarou na Câmara que é "digna de registro a insatisfação que toma conta de milhares de empregados da Ford do Brasil. Daí a tomada de posição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que apelou para a interferência do Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional de São

Trata-se, segundo o representante do MDB, do seguinte: aquela fábrica de automóveis contratou há algum tempo com a Cia. Sul América de Seguros um seguro em grupo para seus empregados, à razão de 1% do salário, pago pelo empregado, e mais 2 cruzeiros por consulta médica, isto em 70. Com o passor do tempo os valores passasar do tempo os valores passaram a ser alterados unilateralmente, crescendo o preço da consulta médica para 5, 8, 10, até chegar a 18 cruzeiros, na atualidade. Também o seguro em grupo sofreu alterações para mais, elevando-se o prêmio de 1%, de início, para 2,5%, destacando-se que apesar de alterados os preços da consulta médica, elas jamais se modificaram, mantendo-se no mesmo padrão

"Há bem pouco", afirma Francisco Amaral, "agora em setembro, a Ford comunicou aos supervisores das seções, nova alteração no preço das consultas médicas, elevando-as para 48 cruzeiros, que deveria ser satisfeita com exclusividade pelos empregados, arguindo a impossibilidade patronal de contribuir, como o fazia, para tal pagamento. Além disso, a empresa cuida de resguardar-se, buscando obter dos seus empregados a assinatura concordando com a tal alteração unilateral de profundas implicações"

"Assim uma providência de uma grande empresa faz aprofundar numa respeitável comunidade metalúrgica paulista, talvez cerca de 30 mil empregados, as insatisfações já latente, pelo salário insuficiente, deterioridade pela sempre incontida elevação do custo de vida, gerando um mal-estar suscetível rias nos dias difícies que vi-

Termina por declarar que o governo Geisel e seu ministro do Trabalho e quantos mais lutem por dias melhores para esta nação, somem esforços no sentido do encontro de soluções mais favoráveis e de forma concreta para recompor a tranquilidade, tão carecida, das classes



CRITICA 13 a 19/10/1975

ESTRANHO PRIVILÉGIO DAS **FINANCEIRAS**

O deputado Odacir Klein (MDB-RS) tem debatido na Câmara, o que ele chama de grande anomalia do modelo institucional vigente no país e que é a limitação da prerrogativa de legislar do Congresso em benefício do Executivo que passou a exercitá-la em larga escala, cujo tema é objeto de análise na entrevista a seguir.

C - As normas em vigor estabelecem um divisor de águas na competência legislativa entre o executivo e o poder específico, representado pelo Congresso, e que vem merecendo de sua parte repetidas análises na Câmara. OK - É verdade. já chamei o fato de

anomalia, e o é, desde quando se constata que dentro do quadro institucional brasileiro as posições do legislativo e do executivo, no que diz respeito às prerrogativas específicas da legislação, ao que parece, deverão continuar como estão colocadas. A prerrogativa de legislar do poder executivo mais se manifesta no que diz respeito à possibilidade de expe-dição de decretos leis, mesmo durante o período em que o Congresso Nacional não se encontra em recesso. Não podem tais decretos-leis ser emendados, e ocorre a aprovação automática no caso de não serem apreciadas dentro de 60 dias, como reza o art. 55 da emenda constitucional nº 1, de 17/10/69. Dessa forma, além da tramitação precipitada de tais decretos-leis no Congresso, os integrantes deste não podem colaborar para que aqueles textos realmente atendam aos interesses sociais, já que não poderão ser emendados. Ou são aprovados, ou rejeitados. Não podem ser melhorados, como se houvesse a presunção de que o Poder Legislativo, através de seus integrantes, não têm a necessária capacidade para bem legislar. No entanto, na prática, o que se tem constatado é que o poder legislativo, através das comissões técnilegislativo, através das comissões técnicas da Câmara e do Senado e com seu quadro de assessores, tem melhores condições para legislar do que o poder executivo.

Depois de criada a figura do decretolei, que não pode ser emendado pelo Congresso, o contexto legislativo brasileiro foi tomado por diplomas legais cheios de erros graves, quer do aspecto técnico, quer do aspecto da justiça so-

Quando analisamos, na tribuna da Câmara, o decreto-lei 477, de 26/2/69, demonstramos que o referido diploma legal, além de sua excepcionalidade do aspecto liberal, está caracterizado, no aspecto jurídico e constitucional, por erros graves que deslustram o conceito do legislador brasileiro. Analise-se um outro decreto-lei no qual, em nosso en-tendimento, mais uma vez ficou demonstrado que as prerrogativas de legislar sobre todas as matérias melhor estariam se situadas na competência do poder legislativo. Trata-se do decreto-lei n.º 911 de 1/10/69, que estabelece normas de processo sobre a alienação fiduciária e dá outras providências. Comparemos as normas processuais relativas à alienação fiduciária em garantia e o que seja a reserva de domínio. Inicialmente convém distinguir o que seja a alienação fiduciária em garantia e a reserva de

Há alienação fiduciária em garantia quando o credor, normalmente empresa de crédito, financiamento e investimento, recebe, como garantia do devedor o domínio da coisa alienada até a liquidação da dívida, ficando o último apenas com a posse da coisa, que deverá ser sempre bem móvel. Há reserva de domínio quando o vendedor reserva para si a propriedade da coisa, que deverá ser sempre bem móvel, até o pagamento de seu valor, ficando o comprador apenas

Existem, dessa forma, relativamente à alienação fiduciária em garantia e a reserva de domínio, muitos pontos em comuns: a) em ambas há a figura do devedor - o comprador, no caso da reserva de domínio, e o tomador do empréstimo, no caso de alienação fiduciária; b) também em ambas há a figura



Odacir Klein: uma heresia jurídica apenas para favorecer as financeiras

do credor - o vendedor, na reserva de domínio, e o cedente de empréstimo, no caso da alienação fiduciária; c) nos dois casos, até o pagamento, o domínio do bem móvel permanece com o credor, enquanto o devedor tem a posse do bem; d) em ambos os casos, após o pagamento integral, o devedor adquire o domínio do

A diferença fundamental, no entanto, principalmente no aspecto social, é de que, na reserva de domínio, o credor é sempre um vendedor qualquer, enquan-to na alienação fiduciária em garantia o credor, normalmente, é uma empresa de crédito, financiamento e investimento, ou seja, uma das famosas financeiras.

As normas processuais relativas à reserva de domínio constam do Código do Processo Civil, diploma legal discutido e votado pelo Congresso, enquanto o decreto-lei 911, que estabelece as normas processuais relativas à alienação fiduciária, foi editado durante o recesso do Congresso pelo poder executivo e não mereceu apreciação legislativa. Servem,. assim, para termo de comparação entre a capacidade de legislar do executivo e do legislativo, demonstrando ainda a exagerada preocupação do Executivo em dotar de garantias as empresas de crédito, financiamento e investimento, em prejuízo das demais partes.

C-O exame comparativo, seria conveniente para melhor compreensão do

OK - Não há dúvida. Comecemos a comparação pela forma de publicidade dos contratos: 1) os contratos de compra e venda com reserva de domínio são

registrados no cartório do domicílio do comprador; 2) os contratos de alienação fiduciária em garantia são arquivados, por cópia ou microfilme, no cartório do domicílio do credor.

Fica aí demonstrada a falta de bomsenso do executivo como legislador e sua exagerada preocupação em criar facili-dades para as instituições financeiras, pois contraria o princípio da publicidade dos atos o arquivamento ou registro no cartório do domicílio do credor e não no do devedor, pois apenas para exemplificar, uma terceira pessoa que viesse a adquirir qualquer bem móvel usado, para saber se o mesmo não está alienado em garantia a uma instituição financeira teria que percorrer todos os cartórios do país, onde estejam domiciliadas tais ins-

È uma anomalia legislativa, uma demonstração evidente de que o Executivo não tem a capacidade para legislar que tem o poder legislativo. É que o executivo procura também, no aspecto da justiça social, beneficiar sempre as classes mais favorecidas.

Melhor seria que o arquivamento do contrato fosse procedido no cartório do domicílio do devedor. No entanto, o decreto-lei 911 consagra uma heresia jurídica apenas para favorecer as instituições financeiras, gozam de prerrogativa, neste particular, diversa da que goza o vendedor com reserva de domí-

Relativamente aos direitos do credor fiduciário e do vendedor com reserva de domínio, a situação é a seguinte: 1) no caso de mora, tanto o credor fiduciário como o vendedor com reserva de domínio poderão requerer a apreensão da coisa; 2) procedida a apreensão, no caso de compra e venda com reserva de domínio, o juiz nomeará perito, que procederá a vistoria da coisa e o arbitramento do seu valor, descrevendo-lhe o estado e individuando-a, com todas as características; 3) na alienação fiduciária em garantia, procedida a apreensão, o bem não será avaliado.

Isto quer dizer que, no caso de reserva de domínio, cujas normas estão reguladas por diploma legal apreciado no Congresso, quando houver apreensão de bens, o juiz nomeará peritos para avaliá-los e descrever seu estado. Na alienação fiduciária em garantia, procedida a apreensão, o bem não será avaliado. É uma diferença entre os dois institutos que, praticamente, têm muitas características em comum. Apenas, enquanto um diz respeito aos interesses de qualquer vendedor o outro se refere aos interesses da financeira. Enquanto um foi votado e discutido no Congresso, o outro proveio de decreto-lei editado pelo executivo; 4) na compra e venda com reserva de domínio, será o comprador citado para contestar a ação no prazo de 5 dias. Neste prazo poderá o comprador que houver pago mais de 40% do preço requerer ao juiz que lhe conceda 30 dias para reaver a coisa, liquidando as prestações vencidas, juros, honorários e custo; 5) na alienação fiduciária em garantia, despachada a inicial e executada a liminar, o réu será citado para em 3 dias apresentar contestação, ou, se já tiver pago 40% do preço financiado, requerer a purgação de mora, cujo prazo, a ser fixado pelo juiz, não poderá ser superior a 10 dias; 6) em caso de compra e venda com reserva de domínio, contestada a ação, observar-se-á o procedimento ordinário, com seus prazos normais, embora

sem prejuízo da reintegração liminar; 1) se for alienação fiduciária, mesmo contestada a ação, onde somente será possi-vel alegar pagamento do débito vencido ou cumprimento das obrigações contra-tuais, o juiz dará sentença em 5 dias contados da defesa; 8) na compra e venda com reserva de domínio, se o réu não contestar, deixar de pedir a concessão do prazo ou não purgar a mora, o autor, mediante a apresentação dos títulos vencidos e vincendos, poderá requerer a integração imediata na posse da coisa depositada, caso em que, descontado do valor arbitrado a importância da dívida acrescida das despesas judiciais e extrajudiciais, o autor restituirá ao réu o saldo, depositando-o em pagamento.

Poderá, também, qualquer das partes, requerer a alienação do bem, em leilão. Desta forma, amplas são as garantias de atribuição do justo valor da coisa, não havendo lesão do patrimônio do réu, nem enriquecimento sem causa do autor, pois a venda será em leilão, cercado das devidas cautelas, ou ocorrerá a reintegração pelo valor do arbitramento; 9) na alienação fiduciária, após a sentença, mesmo que haja recurso, o credor poderá vender o bem, mesmo extrajudicialmente, se assim o preferir, independentemente de avaliação, extraindo do preço da venda o valor de seu crédito e das despesas de cobrança, entregando ao devedor o saldo apurado, se houver. Se o preço da venda não bastar para o pagamento do proprietário do crédito fiduciário e mais as despesas de cobrança, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo apurado. Dessa forma, o credor pode vender o bem a qualquer preço, mesmo extrajudicialmente, sem a obrigatoriedade de prestação de contas relativamente ao fato de ser ou não justo tal preço. Fica, assim, possibilitado ao credor instituir, inclusive, um comercio escuso, com fictícios compradores desses bens que farão a aquisição por preço vil, bastante para pagar ao credor, mas sem que nada reste para devolver ao devedor, que, em mui-tos casos, até o inadimplemento, pode haver pago muitas das prestações contratuais. Esta lesão ao patrimônio do devedor, com enriquecimento injustificado, na maioria das vezes, do comprador do bem vendido extrajudicialmente, pode estender-se também aos avalistas daquele.

Desta forma, embora os diversos pontos em comum dos dois institutos, a compra e venda com reserva de domínio e a alienação fiduciária em garantia, o tratamento legalmente dispensado ao vendedor, no primeiro caso, e ao proprietário fiduciário, no segundo, é totalmente diverso. No primeiro, um tratamento coerente. No segundo, um tratamento draconiano em relação ao devedor e benevolente em relação à instituição

C - Essa disparidade de tratamento

merece, então, ser corrigida. OK - Não há dúvida. Urge que os dois institutos tenham equivalência jurídica. Para tanto, é necessário que o decreto n' 911 seja alterado. Com este objetivo, já estamos preparando projeto de lei a ser apresentado à Cámara, visando a sua

No entanto, dessa análise, duas face-tas ficam perfeitamente demonstradas:

• que o poder executivo quando legis la, procura atender aos interesses da parte mais forte, em detrimento da mais fraca, no caso presente, da instituição financeira em detrimento do devedor ou seu avalista;

• que o executivo, através de seus quadros, não tem sido bom legislador e que seus decretos-leis, inemendáveis, já estão tornando tumultuado o elenco legal brasileiro e deslustrando o conceito de que, neste País, editam-se leis sábias e

Diante disso, já é hora de serem totalmente devolvidas ao poder competente, o legislativo, as prerrogativas de legislar. As comissões técnicas da Câmara e do Senado, que examinam cuidadosamente cada projeto de lei, tem mais condições para o aprimoramento de nossa legislação e para adaptá-la ao quadro socioeconômico brasileiro do que um técnico só, num gabinete do executivo. É necessario que se confie no legislativo, como competente para legislar, valorizando-o devidamente como poder.

CRITICA 13 4 19/10/1975





RIO GRANDE DO SUL

E QUEM DEFENDE NOSSAS FAMÍLIAS DATE DS

Quando o vereador Brochado da Rocha (MDB) denunciou, na Camara de Vereadores, de Porto Alegre que o Departamento Municipal de Agua e Esgotos, estava convertido em um feudo da Sociedade Tradição, Família e Propriedade, estava acionando, talvez sem o saber, o dispositivo que daria margem ao maior debate sobre as atividades de organizações direitistas no Brasil.

Fundada por um ex-militante integra-lista, Plínio de Oliveira, a TFP justifica sua existência com a necessidade da pregação evangélica. De acordo com seus defensores, existe para combater a licenciosidade, o ateismo e, de passagem, o comunismo – algo tão inofensivo como uma "liga pela decência". Mas as denúncias que choveram durante o já longo trajeto da CPI da TFP provam o contra-

Imediatamente após a denúncia de Brochado da Rocha, João Dib, diretor geral do DMAE, contestou-o, desafiando o vereador a provar suas acusações. E, ao mesmo tempo, as ameaças anônimas passaram a ser uma constante na vida do parlamentar oposicionista. Ao telefone, um interlocutor anonimo aconselhou-o, diversas vezes, a abando-nar o caso a TFP, "para o seu próprio bem." Sem se deixar intimidar, Brochado

apresentou as provas:

• Ireno Jacob Wiessemann, consultor jurídico do DMAE, era tesoureiro-geral

da TFP no RS:

Valdemar Bordinhão, tesoureiro do DMAE, era membro influente da TFP, e diariamente uma viatura do departamento ia buscá-lo e levá-lo até a sede da

sociedade em Porto Alegre;

João Menezes da Costa, subdiretorgeral administrativo do DMAE, era (é) o presidente regional da TFP no Rio Grande do Sul:

 no DMAE, João Menezes emprega-ra seis parentes seus, desde sobrinhos até a própria esposa, e todos eram membros ativos da TFP

 a TFP, através de seus membros, exercia entre os funcionários do DMAE um jogo de influências e pressões de modo a facilitar "contribuições espontâneas" para a entidade;

 ao vender lotes de terras seus a terceiros, o DMAE, à revelia da vontade dos compradores, fez com que a transação fosse escriturada em um cartório de Caxias do Sul, do qual era titular Ildefonso Barradas, presidente da TFP naquele município;

 as firmas favorecidas em transações com o DMAE eram, na maioria, contribuintes da TFP.

A inútil vesperal

Tentando justificar ao menos a escrituração dos terrenos em Caxias do Sul, João Dib alegou que os cartórios de Porto Alegre, na época, estavam atestados de trabalho, e iriam prejudicar a velocidade da transação. Os titulares de cartórios portoalegrenses lançam imediatamente um desmentido pelos jor-nais, e o titular do 7º Tabelionato, em socorro de Brochado da Rocha, acres-centa que "esse tipo de escrituração fere o espírito do artº 208 da lei que regee limita as atividades dos serventuários da justiça, cujos atos são nulos fora do

território que lhe compete"

Apesar das ameaças anônimas, Brochado recebeu também inúmeras manifestações de apoio, e algumas denúncias bastante significativas. Quando Brochado desabafou publicamente, lamentando as dificuldades que vinha encontrando no âmbito do executivo para a formação de uma comissão de sindicância para verificar as irregularidades no DMAE, o prefeito de Porto Alegre, Socias Villela, acorre em defesa de João Menezes, citando-o como funcionário exemplar, e declarando-se disposto a não deflagrar "um clima de macartismo entre o fun-cionalismo municipal". Brochado pede uma devassa nas contas do DMAE e, no dia seguinte, o departamento é misteriosamente arrombado, apesar da vigilân-cia constante dos seis guardas que trabalham no prédio. Fato significativo: os ladrões não levaram nenhum objeto de valor, apenas documentos e o demonstrativo de contas do DMAE. Além disso. limitaram-se a rasgar alguns calendários de mulheres nuas que ornamentavam as paredes - calendários que, segundo os critérios da TFP, seriam atentórios à moral da sociedade portoalegrense.

Paralelamente, um menor de 17 anos apresenta-se como testemunha e acusa a TFP de adotar práticas medievais, seviciando os "neófitos" para elevar o espírito e purificar a carne dos desejos pecaminosos, ao inesmo tempo em que os

submetia a um intenso tratamento de lavagem cerebral e pregação anticomunista. Nas luxuosas sedes que a organização mantinha em Porto Alegre, Caxias Uruguaiana - denuncia o menor prática de caratê e o aprendizado de golpes mortais era imposta como disciplina. Esse depoimento vinha complementar e denúncia feita por um deputado emedebista de Minas Gerais, segundo a qual a TFP mantinha, em Moeda município de Minas Gerais - um campo de treinamento armado para seus mili-

A partir daí, o assunto TFP passou a fugir cada vez mais da alçada da Câmara de Vereadores, restringindo-se à Comissão de Inquérito presidida pelo deputado Algir Lorenzon (MDB-RS) que investi-gava as atividades da organização no

Rio Grande do Sul.

O depoimento de João Menezes da Costa encerrou, no dia 15 de setembro o que poderá ser o penúltimo capítulo da contravertida novela da organização, cujos propósitos – em que pesem as não muito incisivas perguntas da CPI e as menos esclarecedoras respostas de Menezes – não ficaram suficientemente esclarecidos. O deputado Lorenzon pediu uma prorrogação de 30 dias para o encerramento dos trabalhos (que deveriam findar no dia 18 de setembro), pois julga que, não obstante o tempo decorrido desde a sua instauração, a CPI pouco pôde apurar.

Segundo ele, um dos maiores óbices enfrentados pela CPI diz respeito à dificuldade no levantamento dos aspectos ideológicos e doutrinários que regem a organização. "Embora haja claras evidências de que os membros da TFP exercem uma atividade que, a rigor, pode ser classificada como militância política marginal – visto que promovem manifestações públicas quando o Congresso põe em votação uma emenda ou projeto como, por exemplo, o da regula-mentação do divórcio - sempre que in-terrogados a respeito, os membros da sociedade repetem a mesma e monótona frase: a TFP é uma sociedade cristã que defende a tradição, a família e a propriedade."

Quem defende quem?

-Se a TFP defende nossas famílias, quem defenderá nossas famílias da TFP? - pergunta Lorenzon, e cita o caso do menor Luís Antônio de Paula, aliciado pela organização e que, ao voltar à casa, estava transformado em um fanático anticomunista, violento e agressivo.

Passou a odiar os próprios pais e a amar cada vez mais a TFP. "O sectarismo da organização", prossegue, "seus atos socialmente hostis, têm atuado mais como elemento desagregador da família. No que diz respeito à propriedade, existe toda uma legislação voltada neste senti-do, e o auxílio da TFP não só é dispensá-vel como indesejável."

De modo geral, nada de novo foi acrescentado ao que já se sabe sobre a TFP. Sabe-se, por exemplo, que ela é contra o divórcio e o comunismo; que diz defender as doutrinas da igreja católica, mas renega encíclicas papais como a Rerum Novarum, Pace in Terris, Populorum Progressio e outras. Sabe-se que recebe subvenções de firmas como a Sogenalda, Guaíbarroz, Metalúrgica Steiger, Viação Ouro e Prata, Imobiliária Himalaia, Continental Rodovias, Archel Engenharia e outras. Mas não se sabe, por exemplo, como uma organização de tal envergadura pode apresentar balanços com receitas tão insignificantes quanto o apresentado à CPI e, ao mesmo tempo, sustentar aluguéis de Cr\$ 4.500,00 só pela sede de Porto Alegre.

Sabe-se, por exemplo, que o pensa-mento de Menezes é de que os órgãos de segurança, por si sós, não têm condições de combater o "avanço esquerdista" e necessitam, por isto, da colaboração de entidades paramilitares na luta contra o que o próprio Menezes chama de "reformas esquerdizantes". Menezes estava, assim, construindo um esqueleto teórico para dar sustentação a uma organização de direita, que se complementaria com as ligações mantidas pela TFP com a Este & Oeste – organização terrorista internacional de direita, com sede na Venezuela e escritórios em Paris, e que, por sua vez, seria diretamente subven-

cionada pela CIA. Uma dessas "reformas esquerdizan-tes", segundo Menezes, seria a participação dos empregados nos lucros das empresas, e outra, a reforma agrária contrariando o enunciado de encíclicas como a Populorum Progressio e Pace in Terris, que enquadram essa maior participação dos trabalhadores dentro de um esquema perfeitamente cristão. A TFP portanto, segue os moldes consagrados pelo exemplo histórico, de organização obscurantista com pretensões a transformar-se em vanguarda armada de terrorismo tipo nazista.

O poder oculto

Numa época em que qualquer organização, mesmo apolítica, necessite de permissão por escrito das autoridades para promover qualquer ato público, a TFP tinha passe livre em todo o Rio Grande do Sul, podendo promover comícios onde e quando bem entendesse, bastandolhe para tanto a autorização verbal "generosamente" concedida por Leônidas da Silva Reis, então Superintendente dos Serviços Policiais.

Durante todo o tempo em que as irregularidades do DMAE foram denunciadas – a princípio por Brochado da Rocha e, depois, pela CPI presidida por Lorenzon - Menezes não se sentiu ameaçado em seu cargo; somente agora, quando o prefeito Vilela viu-se circunstancialmente obrigado a nomear uma comissão de sindicância, é que se cogita em afastar João Dib e Menezes de suas

respectivas funções.

O "poder oculto" da TFP exerce múltiplas pressões, em múltiplos sentidos. O deputado Lorenzon diz que, de momento, não resta à CPI senão aguardar "novos resultados" que poderão surgir novos resultados" que poderão surgir novos resultados" que poderão surgir novos resultados e que o próximo nos 30 dias vindouros, e que o próximo passo será uma audiência (ainda sem data marcada) com o secretário de Segurança. A esse respeito, um fato digno de nota é que tanto a bancada do MDB como a da Arena dirigiu uma petição à Secretaria de Segurança solicitando maiores elementos para andamento do inquérito.

Como só depois do pronunciamento do secretário de Segurança a CPI teria condições de dar maior objetividade ao processo, e devido ainda a "outros fatores" sobre os quais não quis entrar em detalhes, o deputado Lorenzon admite a contragosto, que a CPI corre o risco, por mínimo que seja, de encaminhar-se para um círculo sem solução. Dentro do qual, segundo alguns observadores, há muito

tempo já se encontra.

: 13 a 19/10/1975

M PÁGINAS célebres dos livros VIII e IX da "República". Platão examina, a propósito da tirania, as suas causas e a sua natureza, bem como a figura e a vida do tirano. Quanto às origens, observa que, assim como a democracia procede da oligarquia, a tirania procede da democracia, pois é "a paixão insaciável pela riqueza e a indiferença que inspira por todo o resto que perde a oligarquia", ao passo que "é esse mesmo desejo insaciável daquilo que a democracia considera seu bem supremo que causa a sua ruína". Após observar que todo excesso provoca geralmente uma reação violenta, principalmente nos governos, Platão conclui que o excesso de liberdade só pode provocar o excesso de servidão, tanto no indivíduo quanto no Estado, sendo "natural que da extrema liberdade nasça a mais completa e atroz servidão". O governo tirânico não passaria, assim, de um resultado não da democracia, propriamente, mas da corrupção da democracia, do abuso ou do excesso de liberdade, que, a rigor, cor-responde à negação da própria liberda-

de.
Procurando conjurar a desordem, resultante do excesso de liberdade, ou da corrupção da democracia, o povo procura um protetor, um homem capaz de restabelecer a ordem. E, como se transforma o protetor em tirano? O protetor começa a transformar-se em tirano quando se põe a fazer o que é contado na lenda do templo de Zeus Liceo da Arcádia, segundo a qual todos os que provaram das entranhas humanas, cortadas em pedaços entre os de outras vítimas, se transformam fatalmente em lobos. "Assim também, diz Platão, quando o chefe do povo, encontrando a multidão submissa às suas ordens, não sabe se abster do sangue dos homens de sua tribo; quando, por meio de acusações caluniosas, método caro aos seus pares, os arrasta diante dos tribunais e mancha a sua consciência, tirando-lhes a vida, e prova com língua e boca ímpias, o sangue de seus parentes, que exila e mata... não se torna então, para tal homem, uma necessidade e uma lei do destino, ou morrer nas mãos dos inimigos, ou converter-se em tirano, transformando-se em lobo?".

No começo, nos primeiros dias de seu governo, continua Platão, o tirano se desfaz em sorrisos e saudações a todos os que encontra, e, recusando-se a passar por tirano, multiplica as promessas, em particular e em público, perdoa dívidas e distribui terras ao povo e aos seus favoritos e simula a benevolência e a mansuetude em relação a todo mundo. Mas, tendo liquidado seus inimigos ex-ternos, nem por isso deixa de provocar outras guerras, não só para que "o povo tenha necessidade de um chefe", mas também para que os cidadãos "empobrecidos pelos impostos, sejam forçados a dedicar-se às suas necessidades quotidianas e conspirem menos contra ele". O tirano provoca as guerras inclusive para entregar ao inimigo os seus rivais e adversários, pois não pode admitir que ninguém o critique e muito menos, entre os que o ajudaram a tomar o poder, os rebeldes e os corajosos.

Dominado pela paixão do poder, pessoal e absoluto, o tirano é levado a eliminar todos os que a ele se opõem, a fim de, diz Platão, "não deixar, tanto entre os seus amigos, quanto entre os seus inimigos, pessoa alguma de certo valor". Hostil a todos os que revelam coragem, grandeza de alma e prudência, o tirano é compelido a "purgá-los" do Estado, condenando-se ou a conviver com gente "desprezível que, aliás, o odeia, ou a renunciar à vida". E, quanto mais o tirano se torna odioso, por sua conduta cruel e injusta, mais necessidade tem de um guarda pessoal, numerosa e fiel, que recruta entre mercenários e escravos. Na manutenção dessa guarda, que oprime o povo em seu benefício, o tirano consome a maior parte dos recursos públicos, tornando o povo, como diz Platão, escravo dos escravos.

Comparando o homem ao Estado, que se compõe de três classes dos ricos, dos remediados e dos pobres, assim como o homem, em sua alma, se compõe de três partes, a racional, a irascível e a apetitiva, Platão observa que, no tirano, a

SOLIDÃO DO TIRANO

ROLAND CORBISIER

parte que prepondera, em prejuízo das demais, é a irascível, a qual, afastandose da razão, afasta-se também da lei e da ordem. Dominado pelas partes inferiores da alma, o tirano se torna incapaz dos prazeres superiores que só o exercício da razão e a contemplação da verdade pódem proporcionar. Escravo do que nele mesmo é inferior e mais baixo, o tirano, injusto, violento e cruel, viverá no temor, tanto dos inimigos quanto dos falsos amigos, pois, diz Platão, "em toda sua vida, jamais é amigo de alguém; é sempre tirano ou escravo; quanto à liberdade e à amizade verdadeira, eis uma felicidade que a natureza tirânica nunca experimentará".

Governado por um tirano, o Estado é também escravo, reduzindo "quase todos os cidadãos, e os mais respeitáveis, a uma indigna e miserável servidão". Na alma do tirano o mesmo se verifica, a servidão e a baixeza extrema a saturando", pois "as partes mais honestas dessa alma são precisamente as que foram reduzidas à escravidão, e a menor parcela, formada pela parte pior e mais furiosa, comanda soberanamente". A alma do tirano, ou a alma tiranizada, não faz mais o que quer, e, arrastada pela paixão que a domina, está sempre entregue ao sobressalto, ao remorso e ao temor. Pois, diz Platão, "apesar do que pensam alguns, o verdadeiro tirano é um verdadeiro escravo, de uma baixeza e de um servilismo extremos, compelido a bajular os homens mais cruéis e, incapaz de satisfazer seus amigos, passa a vida em contínuo temor, parecendo-se o seu estado com o da cidade que comanda". E, assim como, por ser o mais cruel, o tirano é o mais infeliz dos homens, não há Estado mais infeliz do que o Estado tirânico.

TEXTO a que nos estamos referindo tem quase dois mil e quinhentos anos e, no entanto, conserva surpreendente atualidade. Os tiranos modernos, ou contemporâneos, nem sempre são tirânicos porque, como diz Platão, a natureza ou os hábitos os fez ébrios ou apaixonados, mas porque o delírio do poder, pessoal e absoluto, os tornou loucos. A análise platônica nos mostra que o tirano, embora viva cerca-do de áulicos, fámulos e bajuladores, é, na realidade, um solitário. Comprometido com o poder e não com a verdade, não pode tolerar a crítica, a divergência, a contestação. Não podendo admitir que, diante dele, como diz Platão, se guarde a franqueza da palavra e se critique o que acontece, o tirano se condena a perder o contato com a realidade, a viver em uma atmosfera falsa e ilusória, que a corte dos áulicos entretem por interesse e subserviência.

Ora, em que consiste o que costumamos chamar de loucura? O que costumamos chamar de loucura consiste, principalmente, não na perda da razão, ou da capacidade de raciocinar logicamente, mas na perda de contacto com a realidade. E, ao dizer realidade, queremos nos referir à realidade humana. Se o homem, como ensina Aristóteles, é o animal essencialmente político, ou social, porque

é essencialmente o animal dotado de razão e de palavra, o animal "loquente" o homem só será humano na medida em que for capaz de comunicar-se com os outros homens, pois a sua essência consiste no diálogo, quer dizer, na comuni-cação. O "eu", a rigor, é uma abstração, porque a realidade, ou o concreto, é o 'nós". O homem só é ele mesmo com o outro e por meio do outro, ou, em linguagem fichteana, o não eu é a condição de possibilidade do eu. O não eu, porém, embora seja outro, é, ao mesmo tempo, outro eu, alter ego, diferente do eu e semelhante a ele. E, é essa diferença e essa semelhança que tornam possível o diálogo, a comunicação, que seria im-possível na hipótese da identidade que excluísse a diferença, ou na hipótese da diferença que excluísse a semelhança. O homem pode comunicar-se com o homem porque é razão e palavra, e porque a razão e a palavra incluem o universal (identidade) e o particular (diferença).

A ruptura, ou a perda de contacto com realidade, que caracteriza a loucura, não é, pois, a ruptura ou a perda de contacto com a realidade enquanto natureza, ou mundo natural, mas a ruptura com a realidade humana, a incapacidade de contacto e de diálogo com os outros homens. O que caracteriza a loucura é, portanto, a solidão. Enclausurado em seu mundo próprio, mônada sem janelas. incomunicável, o louco é o solitário. inclusive porque não sabe que é louco. Pois, entre os componentes da loucura se inclui, necessariamente, a inconsciencia em relação à própria loucura. Um louco que tomasse consciência de si mesmo como louco, deixaria, por isso mesmo de ser louco, rompendo a solidão em que se acha, uma vez que diria de si próprio o que todos dizem, voltando a encontrar-se, por isso mesmo, com os outros. Compreende-se, assim, que He-gel possa dizer que o homem e "cons-ciência de si", capacidade de ver-se a si próprio, de refletir sobre si mesmo, de desdobrar-se em sujeito e objeto, em consciencia e realidade, ou ainda, se quiserem, em liberdade e necessidade. O que a loucura faz perder é precisamente essa capacidade de desdobrar-se, de refletir sobre si proprio, que caracteriza o ser humano enquanto consciência de si-

NSTALADO no poder, pessoal e absoluto, há quase quarenta anos, o "generalíssimo" Francisco Franco, que acaba de assassinar cinco patriotas espanhóis, reproduz com impressionante fidelidade a figura do tira-no tal como é descrita por Platão. Chegando ao poder pela guerra civil pela luta fraticida, provou das entranhas humanas, cortadas em pedaços entre as de outras vitimas, e se transformou em lobo, como se diz na lenda do templo arcádico. Decrépito, senil, no limiar da morte, cercado pela repulsa e pelo ódio de todos os espanhóis livres, de todos os espanhóis que não se submeteram à sua prepotência e ao seu arbitrio, o velho tirano permanece surdo e insensível a todas as lições da história e da experiência, a todos os apelos que lhe são dirigidos por toda a Europa e por inúmeros outros países, e pelo próprio Papa, chefe supremo da igreja à qual diz pertencer.

No limiar da morte, após oprimir seu povo durante quase quarenta anos, continua fechado em si mesmo, enclausurado em seu delírio, em sua furiosa paixão pelo poder pessoal e absoluto, em sua incurável esquizofrenia. Não são apenas alguns países, socialistas, mas todos os países da Europa, inclusive os capitalistas, que protestam contra a execução dos patriotas espanhóis. Incapaz de dialogo, de comunicação, confinado em seu sonho de poder e de grandeza, o caudilho decrépito se julga vítima de uma conspiração internacional, e investe contra a Europa e contra os países que condenam seus crimes. A reação mundial não o impressiona, nem os apelos do Papa. Escravo de si mesmo, de sua obsessão do poder, o tirano manda matar, e manda matar com boa consciência, porque a boa consciência do tirano é a própria inconsciência. O clamor mundial, de protesto e de revolta, não chega aos seus ouvidos. Inacessível como os loucos, o velho caudilho está só, isolado na solidão do tirano.



CRITK: 13 a 19/10/1975

Tamoyo quer barra limpa às custas do FGTS

O Fundo de Garantia, em tese, é uma garantia para o trabalhador desempregado. Com ele, o traba-lhador deveria (estamos falando hipoteticamente) sustentar-se quando despedido de um emprego. Va prática a coisa não funciona assim, como sabemos, mas a situaassim. como sabemos, mas a situa-ção ainda pode piorar, caso o pre-feito Marcos "Espigão" Tamovo (um emedebista lacerdista que pertence a um governo arenista) veja concretizada uma idéia "ge-pial" e que deve estar sendo aplau-didissima nos coquetéis de lançamento dos sérgios dourados da

O prefeito quer a utilização dos recursos do FGTS para aplicação direta no pagamento da casa própria, mensalmente, complementando ou cobrindo totalmente as prestações

O Jornal do Brasil de domingo, 5 de outubro, ao lado de anúncios de página inteira das construtoras, reve: "O presidente do BNH, Sr. Maurício Schulmann, num exame superficial da questão com o sr. Nilton Veloso (presidente da Associação Brasileira das Entidades de Credito Imobiliario e Poupança), não se mostrou muito receptivo à deia, alegando que o FGTS não se destina exclusivamente a solucio-nar o problema do teto. Um dos argumentos contrários é o possível desemprego do mutuário", o que é o chamado óbvio ululante.

Marcos Tamovo, um homem que não corre o risco do desemprego, pois é um fiel empregado das construtoras, e que não precisa comprar um apartamento de saladois quartos para abrigar família grande, deveria compenetrar-se de que é prefeito de uma cidade e não um Lobbyman dos grupos empre-

Destino triste o da cidade do Rio de Janeiro: seu primeiro prefeito, depois da fusão, está mais interessado em comprar palácios para se instalar do que em resolver os problemas da população. Pobres cidadãos que depois de um Chagas Freitas têm que aturar um Marcos. Tamoyo, dois exemplos de emede-bistas da pior categoria.

Kuwait não tem petróleo - e agora?

O Jornal do Brasil publica aos domingos um suplemento que se considera "especial". Dia 5 de outubro, transcrevendo matéria do New York Times sobre "a riqueza das nações e seus efeitos", existem verdadeiras "pérolas" de desinfor mação. Não vale o argumento de que o artigo foi publicado ante-riormente em Nova York - lá eles também (ou principalmente?) er-

Um gráfico sobre "países industriais" (sic) inclui Portugal nessa estranha categoria Pelo amor de Nossa Senhora de Fátima ou de Santo Antonio de Lisboa! Portugal sempre foi um país fornecedor de matéria-prima das ex-colônias, principalmente, não esquecer). Mesmo em seu período de império, as atividades industrais estavam voltadas para o exterior. Não foi or acaso que os pinheirais de Leiria foram plantados: sua finalidade era fornecer madeira para as companhias de comércio (todas financiadas pelos bancos holande-Isso não é opinião nem ponto-de-vista é história.

Na relação de países exportado-res de petróleo, foi omitido o Kuwait. No îtem "paises de renda alta" estão lado-a-lado Argentina (com 1.191 dólares), Malásia (com 1.191 dólares), Malásia (US\$295), Grécia (US\$1.760) e Bra sil (US\$425), etc. Afinal de contas, o que é renda baixa?

Deus livre o Brasil desse turismo!

O 45º Congresso da Asta, com sessões começando a 26 deste mês no Rio, ameaça ocupar a cidade invasão de mais de 5 mil figurantes, entre os quais se con-tam mais de 60% de agentes de viagens de todo o mundo, especial-mente dos Estados Unidos, que aqui desembarcarão, olharão nossa paisagem e nossos hotéis, a permissividade das mulheres e dos costumes, as praias e casas de pasto para que então eles, os agentes de viagens promotores do turismo mundial, declarem apto nosso país a receber levas gigan-tescas de homens e mulheres da alta e média classe americana ou européia, desejosos de distrair o corpo e os sentidos nas belas ter-

ras brasileiras.

A Embratur e os teóricos do turismo, os hoteleiros de alta ou normal rotatividade, as mulheres da difícil vida fácil e seus empre-sários, os donos de espetáculos de pornochanchada, enfim, os pastores da noite e todos aqueles que, teóricos, acham o turismo uma indústria sem fumaça ou, práticos, encontram no turista um bom for-necedor de dólares, têm quase orgasmo mental com a honra concedida ao país pelos camelots do turismo mundial. Serão mobilizadas as mais altas autoridades, o governador e o prefeito, nossos hippies da praça General Osório capricharão na produção e no pre-ço, as mulheres fáceis ou não muifáceis deverão sorrir amavelmente para os hóspedes portado-res de dólares, os engraxates e floristas de restaurante estão na obrigação de aprender algumas palavras em inglês para cumpri-mentar e agradecer as gorjetas dos visitantes generosos, também os punguistas salvos do policiamento preventivo estarão nos seus postos para honrar o oficio e toda uma indústria clandestina de jogo, prostituição - de mulheres e tra-vestis - terá que ser motivada para que a imagem do Brasil, país de turismo, seja vendida ao melhor preço, aos agentes de viagem que nos visitam neste tremendo congresso da Asta que tanto orgulha a Embratur.

Esta alegre e inocente perspectiva de gandaia com rentabilidade se torna cinza e perigosa se a apreciamos de vários pontos de vista. O primeiro, o que mais chama a atenção: as multinacionais do turismo mundial querem ocupar a terra incógnita brasileira. Começaram por construir hotéis gigantes, por si ou por testas-de-ferro nacionais, utilizando os incentivos fiscais arrancados do desenvolvimento do Nordeste. A contribuição das multinacionais geralmente é a do famoso "know

hoie" cobrado em altos royalties. Os financiamentos completam a espoliação com o acréscimo de que do preço pago por cada turista. fica uma grossa parte, para a matriz das multinacionais turísti-

Foi Galbraith o economista que desmistificou o turismo como industria de economia positiva. E inflacionária e o carioca sofrerá na própria carne a alta dos preços a partir da chegada dos visitantes. Há uma procura elevada sem aumento da produção e oferta de bens de consumo turísticos, desde bugingangas até mulheres e travestis. Está se criando uma gigan tesca estrutura hoteleira temporariamente ocupada e que nos tem-pos vazios provocará concordatas. falências e desemprego. Quando cai a Bolsa de Valores nos Esta-dos Unidos fecham hotéis no Mécico, na Espanha, na França e na Itália. Cria-se uma atividade ter-ciária, a de servidores do turismo e dos turistas, que vai desde gar-com de hotel e restaurantes, até de prostituta, passando por geren-te, cambista, chofer, traficante de mulheres ou de tóxicos que sofrem, e com eles a comunidade, a inestabilidade desta estranha indústria que é o turismo organizado pelas multinacionais do ramo.

E longa a exposição das des-vantagens econômicas do turismo mas, mais longa e grave, é o desfi montagem em grandes massas. O México, por exemplo, recebe mi-lhões por ano, talvez dez milhões. Todos os chamados centros turísticos se aparelham e se vestem de festa para recebê-los e facilitar o lazer dos visitantes. No mesmo México há famílias que abandonam seu lares, deixam a intimida-de a descoberto para alugá-los a empresas turísticas três meses da estação. O baixo e alto meretrício, a cafetinagem organizada estende todas as suas redes para a caça do turista. Outro exemplo: a Embratur fez longa e custosa propa ganda gráfica em revistas européias e americanas - entre elas algumas de pornografia - das be lezas do Brasil. O aspecto mais destacado nas fotografias a cores era o traseiro das mulatas, o que significa que nádegas proeminen-tes, com duas polegadas a mais, é

nossa melhor propaganda.

O turismo em massa é poderoso agente de poluição. De poluição física mesmo porque destrói monumentos, suja as estradas e os ambientes que frequenta; de poluição da linguagem porque corrompe a língua nativa dos serviçais que com eles se comunicam; de poluição econômica porque origina distorções inflacionárias; de poluição moral porque amolece as defesas de homens e mulheres pela cobiça do dólar fácil.

Uma propaganda subliminar nos faz aceitar as presumíves van-tagens de solidariedade produzida pela comunicação turística. Pelos fatos, essa solidariedade não é manifesta. Na Espanha, em 1972, houve um afluxo de mais de 30 milhões de turistas estrangeiros, turistas por todos os cantos, pelas alcovas privadas, pelas celas de padres e freiras. Deus livre o Brasil desta invasão de novos vânda-los trazidos pelos agentes das multinacionais do turismo mun-



consolo dos "cientistas"

Um despacho procedente de Washington informa (deu no JB) que "a humanidade pode sobrevi ver a uma guerra atômica", segundo informações liberadas pela Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos.

A grande revelação: "25 anos após o conflito (isto é, a guerra atômica), o equilíbrio ecológico da terra se restabelecerá". É claro que os sobreviventes terão alguns probleminhas" tais como destruição das colheitas devido à re dução da camada de nitrogénio que protege a terra, cancer na pele (a informação não diz em quantidade, mas depois de sobreviver a uma guerra atômica, quem se importa com isso?) e outras coisinhas de pequena importância como um "aumento generalizado das enfermidades genéticas"

E claro que nós todos estamos muito satisfeitos. O clube atômico, então, já deve estar preparando

10

um baile para comemorar sua "sobrevivência"... O trágico mesmo é o próprio cinismo do "informe científico". Morra-se (ou viva-se) com uma leviandade dessas

Deputado paraibano quer Crítica diária

O deputado Waldir Bezerra apresentou requerimento à Assembléia Legislativa da Paraíba, consignando votos de congratulação pela passagem do primeiro aniversário de Crítica, "que em tão pouco tempo, dado aos seus esforcos tornou-se noticioso sério e com críticas construtivas". O requerimento aprovado faz votos de que Crítica "dentro em breve passe a ser diário, para maior satisfação de seus leitores

Direito do interprete tem convenção

Dia 13 de outubro, a partir das 20 horas, no Teatro Princesa Isabel (Rio), o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Di-versões promove uma convenção sobre o direito de intérprete, com o objetivo de analisar a legislação e discutir normas e critérios de arrecadação.

O direito do intérprete é um dos capítulos mais vergonhosos do já pois o Brasil é signatário da Con-venção de Berna, e até hoje as decisões da convenção não estão sendo praticadas, apesar de já existir a lei 5.998, que regula os direitos autorais e dá outras provi-

Mas o melhor de tudo é saber que o sindicato não está parado. Embora não tenha ainda tomado uma atitude firme na defesa do primeiro direito (exatamente o de nterpretar qualquer obra), protestando contra a censura, é melhor um sindicato que pouco faz, do

que um omisso ou sob interven-

Dois pontos: alunos da USP fazem jornal

Os alunos do Centro de Estudos de Artes e Comunicações da Universidade de São Paulo, editaram o jornal Dois Pontos, uma exce-lente publicação, cujo número um tem diversas matérias da melhor qualidade. Enquanto os dirigentes da Escola de Comunicações da USP têm uma política das maio USP têm uma politica das m obscurantistas, é salutar ver estudantes editando um jornal da melhor qualidade e que deve ser prestigiado por todos, inclusive pela chamada "grande imprensa".

Se tivéssemos que destacar al-guma matéria, chamaríamos a atenção dos leitores para uma entrevista com o importante (e desconhecido) compositor como "pa-tativa do assaré". No mais é desejar que o primeiro número de Dois Pontos tenha sucesso, supere as dificuldades que são muitas, e que venham outras edicões.

CRITK 13 a 19/10/1975

Baiano para estudo para estudar melhor

Os estudantes do Instituto de Geociências da Universidade Fe-deral da Bahia, decidiram paralisar suas atividades didáticas na última semana de setembro, como única maneira de sensibilizar as autoridades educacionais para o baixo nível de ensino da UFBa. Crítica transcreve o documento dirigido à reitoria pelos universitários baianos:

"Os estudantes de geologia e geografia do Instituto de Geociên-cias da UFBa, tendo em vista a ameaça de agravar-se o problema do jubilamento através da aprovação de duas novas modalidades, e considerando as deficientes condições de ensino a que estão submetidos, decidiram-se pela paralisa-ção das aulas permanecendo em assembléia geral permanente.

O jubilamento que se constitui na recusa da matrícula ao estu-dante, impedindo até mesmo a sua nova inscrição no vestibular é o método utilizado pela universidade para conter uma sítuação de "inchamento causada pelo reduzido número de vagas em todos os cursos, frente a uma crescente procura destas vagas e um elevado índice de reprovação, sobrema neira nos institutos básicos, como o de Matemática. Desta maneira, o jubilamento tem sido uma medida paliativa da UFBa. para resolver um problema que tem suas bases em distorções na estrutura da edu-

cação. No instante em que exigimos o fim absurdo que é o jubilamento, compreendemos que isto não pode estar de modo algum desvinculado das nossas exigências de melhores condições de ensino, e melhoria no serviço de assistência ao estudan-te que são as únicas maneiras de evitar-se a elitização que se confi-gura na universidade.

frisamos que qualquer medida repressiva será encarada como um atentado ao nosso direito que, adquirimos, de organização e reu-nião, além de ser uma conivência com a situação descrita. Exigimos ainda que ausências às aulas, inclusive em outras escolas, sejam abonadas, bem como nos seja dado o direito de realizar provas que porventura venhamos a faltar'

Som (e leitura) universal?

Já nas bancas a revista Música do Planeta Terra, mais uma publicação especializada em música e som. O número um tem matérias com Ismael Silva, o grande com-positor sambista, além de um artigo de auto-elogio assinado por

Caetano Veloso. Só um probleminha: se o leitor não conhece inglês, vai ser prejudicado, pois a garotada se amarra, não apenas em palavras soltas, mas em frases inteiras. Na matéria "Sonhei o Sonho", todos os intertítulos, são em inglês. Tá certo que a música seja do planeta Terra, mas os leitores são da terra brasileira. Ou não?

Terral no Flamengo

nardo focalizado em nossa última edição, está fazendo uma temporada relâmpago no Rio, com o show «Terral», na escola de teatro da Fefieg (antiga

UNE), à Praia do Flamengo 132.

Os espetáculos são realizados às 21 horas, de quinta a segundafeira, com preços de 25,00 e 15,00 (estudantes). No próximo mês, Ednardo entra no estúdio para gra var novo disco, enquanto a venda do «Romance do Pavão Mysteriozo» continua na base do devagar e

GLAUBER E OUTROS BICHOS

DISCOS QUE ESTÃO PINTANDO

O Pasquim em sua edição nº 327 publicou três "dicas" (saudades da Olga Savary, que criou a coluna) na base do circuito fechado (só quem leu os artigos publicados em Crítica sobre o cinema nacional, iniciados com o depoimento exclu-sivo de Glauber Rocha é que entende). Realmente tem gente que não está entendendo nada: Glau-ber Rocha tem uma posição. Clara. Nítida. Sarraceni também tem, claro. Só que outra e bem diferen-

Quanto a atacar a chanchada, ou a pornochanchada, Crítica tem

• ADEMILDE FONSECA (Top-Ta-pe) - Olha o repertório: «Choro Chorão», «Brasileiri-nho», «Coração Trapasseiro», «O que vier eu traço», «Tico Tico no Fubá» e outras. A rainha do charinha voltando com forma do

chorinho voltando com força to-tal num disco muito bem produ-

zido, com excelente apresentação gráfica. Tá com tudo em cima e tá bem chegada.

FEITO GENTE (Polydor)
Gravação do show que Vander-léa apresentou no primeiro se-mestre. Depois de dois anos sem

mestre, Depois de dois dois sem gravar, ela reaparece num repertório bom. Destaques para «Lua» de Suely Costa e a sensacional «Carne, Osso e Coração» de Joyce. O disco foi produzido por Artur Laranjeira e tem uma receivação de «Quem fala de

por Artur Laranjeira e tem uma recriação de «Quem fala de mim», antigo sucesso de Bidu Reis. A faixa título, diz tudo: "feito gente, feito fase eu te amei como pude, fui inteiro, fui metade, eu te amei como pude" (Walter Franco)

FAFA DE BELEM (Polydor)

- Compacto simples. Quem gosta de Gal Costa pode comprar «Cantar», «Gal Fatal», «A Todo Vapor» etc. Quem gosta de Van-derléa pode comprar «Feito Gen-

te». Então, pra que esse compac-to? A Fafá de Belém, que em 1973 fez show com Zé Rodrix, deve achar seu próprio caminho, sem ir nas águas vocais das

olegas.

MARLOS NOBRE (Philips.

MEC-Unesco) – Abrindo a cole-ção «Personalidades». este ál-bum-duplo traz uma mostra pra Europeu (e brasileiro de bom gosto e alto poder aquisitivo) ver

como anda a boa música em nosso país. Pena que o MEC, mesmo tendo o patrocínio da Unesco, não pense em uma edi-

uma posição, expressa por seus colaboradores. Quanto aos depoi-mentos dos entrevistados, não cabe à imprensa "interpretar" o que

gostaria que pensassem.

Agora, quem acha que Glauber
Rocha não tem posição que vá
fazer um filme, e depois fale. Quanto a parar com reportagens
"que não têm nada com a cultura
brasileira", achamos que o que não
tem nada com a tal cultura é fazer gozações (ou blomas, né?) com o milionário da loteca.

No mais, excelente a capa de Pasquim sobre os bascos fuzilados.

Ademilde Fonseca

ção "popular". Apesar do preço,

vale à pena comprar e ouvir. Atenção para o estudo de percu-são feito pelo Marlos. E pau puro, no bom sentido (existe um sentido ruim?)

• IDOLOS DA MPB (Continen-

tal) – Volumes 10, 11 e 12. Calma, gente, não é álbum triplo, não. Dá para comprar um de cada

vez. Esta coleção da Continental

é das coisas mais importantes

que estão pintando por aí, já foi escrito aqui. O volume 9 tem «Os

escrito aqui. O volume o tem «O» Cariocas», da fase áurea dos conjuntos vocais, dos quais o último dos moicanos é o MPB-4. No volume 10, temos Paraguassu (quem conhece?) um dos mais

importantes nomes da música paulista. O cara canta com aquela voz que não se ouve mais, isto é, cantando mesmo. O reper-

tório é da pesada: «Triste cabo-clo», «Casinha Pequenina», «Luar do Sertão» e por aí... Já o volume 12, trás Noel Rosa can-tando Noel. Precisa outra reco-

mendação? ● MADE IN THE SHADE

(Continental) - Antigas músicas

dos Stones, relançadas. Tudo bem. It's only rock, but I like it (como dizem os stones, né?) e dá uma boa visão do trabalho dos ingleses. Vale a pena ter em casa.

Bota péssimo nisso!

Falta de respeito é isso aí. Todo ano a Air France promove uma grande festa para a entrega dos prêmios Molière, trazendo um "grande nome" da música france-sa. Este ano, para uma platéia de dondocas frequentadoras de colunas sociais, apresentou-se o péssi-mo (e bota péssimo nisso) cantor Adamo, uma espécie de Jerry Adriani parisiense.
Agora o "vice-versa": a Varig

costuma oferecer passagens de cortesia (a expressão é um pouco "forte", porque na verdade a empresa ganha, e muito, em promoção) para artistas brasileiros apre-sentarem-se na Europa. Recentemente Jorge Ben e Jair Rodrigues, fizeram o maior sucesso em Paris. Quer dizer: a Air France nos trás o que de pior existe no show-biz europeu e a Varig mostra aos europeus o nosso "filé mignon". Po-

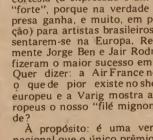
À propósito: é uma vergonha nacional que o único prêmio significativo, distribuído no Brasil, seja patrocinado por uma empresa estrangeira. Onde estão a Varig, Vasp, Transbrasil? Voando, só?

A gorda calxinha do homem do sorriso

O jornalista Arlindo Silva publi-

Gaúchos vão premiar

O governo do Rio Grande do Sul esta promovendo um concurso de ficção destinado a obras ineditas, romance ou novela, com prêmios de Cr\$ 15.000,00, Cr\$ 10.000,00 e Cr\$ 5.000,00 as três me



na revista O Cruzeiro uma cou na revista o Cruzeiro uma reportagem demagógica (além de mentirosa) sobre o "empresário" Sílvio Santos. Até aí nada de mais. É o estilo de reportagem que os leitores de certas revistas já conhecem. Bem, depois disso o Sílvio Santos publicou a reportagem co-mo "matéria-paga" em diversos jornais do país. Agora divulga-se que Arlindo foi nomeado "diretor de relações públicas" do complexo empresarial do conhecido "homem do sorriso". Só que na função, Arlindo terá um salário melhor do que os das "colegas de trabalho" do \$flvio \$antos. Ou alguém duvi-

bons escritores

ESCRITA





OS POETAS DA BRUZUNDANGA, POR LIMA BARRETO

Uma (bem) Escrita para ser lida

Uma revista literária, é coisa que falta no Brasil. Agora, um grupo de escritores fundou e lan-çou Escrita, uma proposição ho-nesta, e que deve ser prestigiada

por todos. O número um, nas bancas, tem Lima Barreto, José J. Veiga, João Antonio, Antonio Torres e outros nomes bem representativos dos criadores nacionais. Além do Boca do Inferno, o nosso muito e injustamente esquecido Gregório de Matos.

Os editores, vacinados contra o imobilismo, a incredulidade e o fatalismo, declaram-se isentos de certezas e cheios de salutares dúvidas, o que é muito sadio e honesto nos dias de hoje.

lhores obras. O concurso e promovido pelo Instituto Estadual do Livro de RS, podendo participar autores brasileiros, residentes em qualquer localida de, inclusive no exterior. Os trabalhos deverão ser encaminhados à sede do Instituto do Livro (Rua Andre Puente 78, Porto Alegre), até o dia 31 de marços

Alem do premio em dinheiro, o concurso promovera a publicação dos trabalhos selecionados como os melhores. Os interessados em maiores detalhes devem escrever para o endereço acima. dirigindo se a professora Ligia Marro ne Averbuck, diretora do Instituto Estadual do Livra

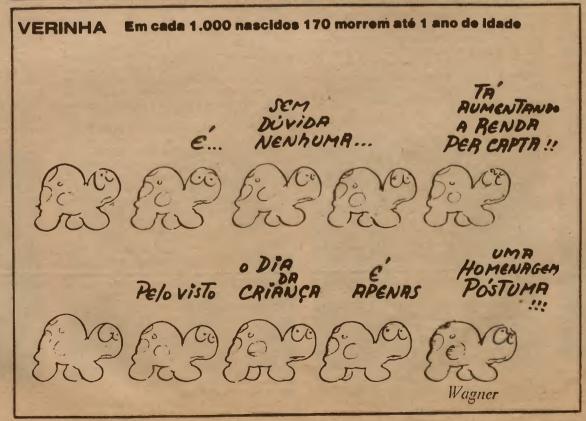
No MAM cachorro também é cultura

O Museu de Arte Moderna é uma das instituições mais conheci-das do país. Também uma das mais frustradas em suas proposições. Sem uma exposição perma-nente, cobrando ingressos inclusive aos domingos, o MAM não chega a ser uma entidade nos moldes tradicionais, nem se cons-titui num centro de cultura de vanguarda.

Agora mesmo chega a redação de Crítica um "press-release" anunciando a realização da primeira exposição cinófila interna-cional no MAM. A exposição cani-na tem o nome de Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O primeiro prêmio tem o nome de Pre-feito Marcos Tamoio. Convenhamos que é de mais. Nada temos contra a cinofilia, muito pelo con-trario. Quem quiser curtir seus "lulus" de luxo, que o faça, mas transformar um centro de cultura como o MAM em passarela de cachorro, é um pouco demais, como se diz no interior.

lizar a exposição no "elizabetão" o palácio que Marcos "Barra Limpa" Tamoio comprou para a sede da prefeitura carioca? Uma antiga habitante do palício, a bela Georgina Russel, filha de um antigo embaixador inglês, tinha dois belos animais passeando nos salões da embaixada. Quer dizer os caes ficariam honrados passeando em tão nobres pisos.

Quem não fica honrada é a cul-



CRITICA 13 a 19/10/1975

OS RISCOS SOMENTE PARA A PETROBRAS

Encerrado "definitivamente" pelo governo o assunto contratos de risco para a exploração petrolífera, o debate, contudo, continua. E cada vez mais vivo nas esferas políticas e cada vez mais controvertido nos meios militares. Sinal de que o cartel das "sete irmās" não só não desiste como intensifica as conhecidas pressões, desta vez em várias frentes. Uma ofensiva decisiva?.. Faz lembrar até os idos da batalha popular pela lei 2.004, a lei do monopólio estatal do petróleo, que agora se tenta novamente golpear com esse sofisma de contratos de risco. O MDB já se definiu pela palavra de seu presidente, deputado Ulisses Guimarães. E felizmente há vozes também na Arena na defesa de nosso petróleo: "Assinar contratos de risco com empresas estrangeiras é entregar o petróleo brasileiro". disse o senador Gustavo Capanema. De qualquer forma, o perigo é real, a ofensiva das "sete irmās" está aí nos forçando a Não só há mouros na costa, como parecem mesmo prestes a desembarcar.

O monopólio que se cuide.



Nos contratos de "risco" os riscos são só os do monopólio estatal do petróleo

Em apenas uma semana vários pronunciamentos importantes a favor dos contratos de risco para a exploração do petróleo: o do governador paulista Paulo Egídio; o do senador também paulista Orestes Quércia e até mesmo do senador paraense Jarbas Passarinho, que até então se havia arvorado em ferrenho defensor do monopólio, para quem os contratos de risco seriam "uma quebra disfarçada do monopólio estatal que tanto nos custou estabelecer e manter durante 20 anos" (Opinião 151).

Contra os contratos, a declaração firme e lúcida do deputado Ulisses Guimarães, presidente nacional do MDB, para quem o partido "mantém em seu programa a defesa intransigente desta conquista popular". Significativo parece ser o silêncio dos ministros Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, e Mário Simonsen, da Fazenda, autores da mais recente proposta de quebra de monopólio, após o que preferiram silenciar, sob a alegação de que o debate estava encerrado, transferindo para a classe política a responsabilidade de o reabrir.

Aliás, a tese dos contratos de risco – como a anterior, dos contratos de serviços – sempre veio acompanhada de desmentidos oficiais, mas desta vez foi o próprio Jornal do Brasil, conhecido defensor das empresas multinacionais, que se encarregou de confirmar o ressurgimento das pressões, ao publicar, no mês passado, o que chamou de "minuta de contrato de risco disponível em algumas áreas reservadas no Brasil".

E, com uma diferença: a ofensiva, desta vez, não estaria destinada apenas a convencer a opinião pública ou a classe político-administrativa das "vantagens" dos contratos de risco, mas se dirigia, inclusive e principalmente, às forças armadas, tendo como argumento principal que o desequilíbrio do balanço de pagamentos poderá ficar irremediavelmente comprometido com o ônus crescente das importações de petróleo, que hoje representam 3/4 das necessidades do país.

"A vantagem para o Brasil", diz o JB, "é que o contrato de risco evitaria que a Petrobrás investisse tempo, dinheiro e esforço na exploração de áreas que seus próprios estudos consideram menos viáveis". Mas será que os trustes do petróleo realmente não estariam visando exatamente a usufruir do tempo, esforço e dinheiro já despendidos pela Petrobrás, na pesquisa e exploração?

De qualquer forma, o documento publicado pelo JB mostra que, mesmo na forma e medida propostas, os contratos de risco estariam longe de resolver o problema brasileiro; prova disso é o montante previsto no programa de aplicações, nos primeiros 10 anos, que seria da ordem de 19 milhões de dólares para cada empresa contratada, quantia irrisória em comparação com os cerca de 300 milhões de dólares que a Petrobrás terá gasto, somente este ano, no setor de pesquisa e exploração.

O argumento é o mesmo de sempre: o Brasil não dispõe de tecnologia nem de

13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26

recursos capazes de aprofundar as pesquisas petrolíferas. Em depoimento à Comissão de Minas e Energia, o ministro Ueki disse que "estamos gastando 10 milhões de dólares por dia na importação de petróleo e esses 3,5 bilhões de dólares anuais têm me doído muito".

Ao mesmo tempo, nossas exportações, que nos rendem apenas 9,5 bilhões de dólares, enquanto as importações se elevam a 12,5 bilhões, nos deixam um deficit de 3 bilhões de dólares, 1 bilhão além das previsões oficiais do início do ano, na balança comercial, e um deficit



Ulisses Guimaraes: forma indireta de acabar com o monopólio

de 1,6 bilhão no balanço de pagamentos - 600 milhões a mais que no ano passa-do

Para cobrir esse deficit, o país teve de lançar mão de suas reservas, que no final do ano estarão por volta de 3,7 bilhões, nível considerado "perigoso" pelo próprio governo, em função de sua credibilidade no exterior. (Vejam a que ponto nos levou a política econômica brasileira).

Assim, os contratos de risco, que "continuam sendo objeto de estudos, podendo ser colocados em execução como



Gustavo Capanema: uma maneira de entregar nosso petróleo

forma", aparecem, para o governo, como uma forma de equilibrar as deficiências econômicas, na medida em que os recursos ora destinados à Petrobrás seriam canalizados para outros setores, enquanto os investimentos no setor petrolífero ficariam por conta dos cartéis internacionais mais conhecidos como "as sete irmãs".

alternativas, em caso de falha das pre-

visões sobre a potencialidade da plata-

Para quem acredita que tudo isso não passa de conversa fiada, vamos ao fatos: em maio último, duas dessas empresas (Gulf e Esso) confessaram publicamente terem realizado diversas "contribuições" em dólares, para subornar políticos e funcionários na América Latina e na Europa, com vistas a torná-los menos intransigentes na defesa dos interesses nacionais.

Paralelamente, a imprensa, inclusive brasileira, noticiou, há menos de um ano, que empresas estrangeiras como Esso e Mobil haviam feito propostas de contratos de serviços à Petrobrás, cujos funcionários as repeliram como "inoportunas", enquanto, na mesma época, o presidente da Shell brasileira, Peter Landsberg, admitia claramente o interesse das multinacionais na realização dos contratos.

Ao mesmo tempo, informou-se que a Phillips Petroleum havia encaminhado telegrama à Petrobrás e à Marinha, pedindo autorização para que um de seus navios-sonda entrasse em águas brasileiras para "pesquisas", ao mesmo tempo em que oferecia seu "Sedco 445", controlado por computadores eletrônicos e outros instrumentos sofisticados como balão de ensaio, mas ao que parece as idéias de "cooperação" não foram muito bem recebidas pela Petrobrás.

Nas áreas governamentais, entretanto, o assunto continua sendo estudado objetivamente. Prova disso foi a notícia procedente de Brasília, publicada pela Folha de São Paulo, no mês passado, de que "caso não se confirmasse até o fim do ano um aumento de 50% na produção em relação ao consumo interno, o monopólio estatal seria rompido".

Ora, como nenhuma empresa do mundo consegue, em menos de quatro anos, descobrir o óleo e instalar um sistema

ao lado dos contratos

de risco

32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42

integrado de perfuração, produção e armazenamento, a dedução lógica é que o governo estaria esperando, apenas, o momento propício para ceder as empresas estrangeiras a exploração do petróleo brasileiro.

Para se ter idéia do que isso significa,

basta dizer que, mediante os contratos de risco, as empresas estrangeiras seriam uma espécie de sócias da Petrobrás, já que o pagamento de seus serviços é feito em óleo – ao contrário dos contratos de serviço, cujo pagamento é em dinheiro –, pagando à Petrobrás, pelo óleo encontrado, o preço do mercado.

O ministro Shigeaki Ueki revelou, em maio último, no Forum de Ciência e Cultura da Universidade do Rio de Janeiro, que o preço de custo do óleo extradido pela Petrobrás é de 4,54 dólares, preço a que a empresa computa o barril para a obtenção do preço final dos derivados. Com os contratos de risco, o preço que a empresa pagaria seria não mais o de 4,54 dólares, mas os mais de 13 dólares, preço do barril no mercado internacional, depois do último aumento de 10% decretado pela OPEP.

Assim, os contratos de risco não passam de entreguismo disfarçado, como bem o disse o senador Daniel Krieger, recentemente, "por envolver a comercialização do produto, enquanto já no ano passado, em entrevista ao JB, Rômulo de Almeida – um dos grandes nomes nacionais ligados ao monopólio – demonstrava ser muito mais vantajoso para o país contrair empréstimos para financiar as atividades da Petrobrás, do que entregar aos trustes estrangeiros o monopólio estatal.

Sim, porque os exemplos de outros países bem mostram que os contratos de risco jamais atenderam aos interesses nacionais. Pelo contrário. Na Argentina, por exemplo, a produção cresceu vertiginosamente, quando da assinatura dos contratos de risco – no governo de Frondizi –, para cair também vertiginosamente nos anos seguintes, o que significa que as multinacionais do petróleo usaram os contratos de risco para realizar uma verdadeira depredação das reservas argentinas, impossível de controlar.

Por outro iado, o México é um bom exemplo de como a empresa estatal Petróleos Mexicanos (Pemex) conseguiu aumentar a produção, sem necessidade de contratos de risco ou de serviços - seja, sem quebra do monopólio. A Pemex detêm o monopólio da prospecção e exploração no país e executa uma política de tal forma zelosa que uma pequena indiscrição de um dos técnicos norteamericanos contratados sobre a descoberta de novas reservas custou-lhe e a seus colegas a demissão sumária da

No Brasil, com os contratos de risco, o que se quer é acobertar aquilo que já não se pode encobrir mais: as distorções na política de transportes e a difícil situação econômica a que levou o país o modelo posto em prática pelo exministro Delfim Neto e continuado pelo Sr. Mário Henrique Simonsen.

Durante dez anos se incentivou e se financiou o crescimento da indústria automobilística, enquanto os setores ferroviários, marítimo e fluvial eram relegados ao completo esquecimento. Um dos estudos feitos pela CED – Consultores de Engenharia e Desenvolvimento, em 1972, chegou à conclusão de que "um novo modelo de distribuição dos transportes nacionais, na base de 40% ferroviários, 30% rodoviários, 29% aquaviários e 1% aeroviários, resultará numa economia de 67 bilhões de dólares, no período 1972/2 000°.

A ofensiva mais forte das multinacionais do petróleo ocorre exatamente quando essas empresas estão perdendo o controle de várias de suas "colônias de extração", a partir do Oriente Médio até o México, Argentina, Uruguai e, mais recentemente, a Venezuela. É preciso, pois, encontrar novas "colônias" e, ao que parece, o eleito foi o Brasil, pela sua potencialidade.

Ou como bem disse o saudoso Jesus Soares Pereira, por não ter tido "a felicidade, ou a desdita, de passar pela experiência multinacional (...) em matéria de exploração de petróleo (...) porque tal experiência seria muito valiosa para nós, hoje, ao afastar důvidas acerca das "vantagens", que estariam, agora, desfeitas justamente em face da lavra predatória que os grandes consórcios praticariam aqui..." (Crítica nº 7).

SÉRGIO MACEDO



Shigeaki Ueki: um assunto "encerrado" que volta ao debate



Mário Henrique Simonsen: o silêncio do ministro da fazenda é inquietante

CRITKA 13 a 19/10/1975

SC QUER **PóLO** CARBOQUÍMICO

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por iniciativa do líder da bancada do MDB, aprovou a criação de uma comissão especial para estudar os problemas do carvão catarinense, de modo a instituir um complexo industrial que ofereça suporte econômico à sua exploração, satisfazendo, desse modo, não só aos apelos da atividade estadual, mas, por igual, às exigências da economia nacional.

A iniciativa do deputado Murilo Canto mereceu a aprovação dos seus companheiros de comissão, fazendo-

o seu presidente, e compondo os outros lugares da seguinte maneira: vice-presidente, Martinho Guizzo; relator, Bulcão Viana; e mais os deputados Sílvio Silva Sobrinho e Nelson Petrini.

Os parlamentares estaduais encontraram, na iniciativa de Murilo Canto, oportunidade de fazer um levantamento definitivo, de conteúdo técnico, estudando e analisando seus mais variados aspectos, e terminando por concluir com um documento que defende a instalação do pólo carboquímico catarinense. Através deste se poderá propiciar a criação de elementos básicos à economia estadual, incorporando-a ao proces-so de desenvolvimento e integração nacionais. O documento foi levado ao ministro das Minas e Energia, para o necessário exame do governo federal, pela representação de Santa Catarina no Congresso e os repre-sentantes da Assembléia Estadual.

Trata-se de um trabalho que merece o exame dos técnicos do setor em nível nacional e o mais amplo debate. Eis porque publicamo-lo, agora, no dever de levar ao conhecimento do país o problema do carvão brasi-

O documento, que foi levado ao minis-tro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia para o devido exame do governo federal com vistas a obter do governo "decisão que consagre de direito e para os efeitos de medidas executivas federais pertinentes, a localização do pólo carboquímico em Santa Catarina", servindo-se dos ar-gumentos do próprio II PND, que tem como uma das metas principais "superar a amarga constatação dos desequilíbrios regionais.(...) Tornar-se-ão mais relevantes (...) a política de desconcentração industrial, visando ao fortalecimento de novos pólos e de defesa do consu-

Estratégia industrial

"A estratégia industrial (do II PND) diz o documento – consagra, de resto, como ponto significativo a atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial, evitando-se a continuação da tendência à concentração da atividade industrial em uma única área metropolitana. Dar-se-á estímulo a um melhor equilíbrio no triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte e aos pólos industriais no Sul e no Nordeste, procurando-se compatibilizar os movimentos de descentralização com a preservação de escalas de produção econômica e de economias de aglomeração

A consequência da estratégia de descentralização é explicitada em duas linhas principais de atuação, assim resu-

 Os critérios de julgamento, para efeito de concessão de incentivos ao Conselho de Desenvolvimento Industrial, financiamentos do BNDE e outros estímulos oficiais a projetos industriais, considerarão expressamente o objetivo da desconcentração;

 Complexos industriais de caráter regional serão formados, aproveitando economias de escala e de aglomeração e garantindo-se o funcionamento articulado de grandes, médias e pequenas indús-

Em nivel operacional - prossegue o documento - a política de desenvolvi-mento industrial se orienta por cinco

1º Ampliação da produção nacional de bens de capital em setores de maior densidade tecnológica, de acordo com as dimensões do mercado interno e com as condicionantes de economicidades:

2º Desenvolvimento das indústrias básicas, produtoras de insumos industriais para os ramos de produção secundária;

3º Apoio à contínua modernização dos setores tradicionais e fortalecimento da empresa nacional, sobretudo as de pequeno e médio porte;

4º Estímulo às indústrias de comprovada capacidade de exportação ou de segura penetração em mercados exter-

5º Apoio à descentralização industrial.

Pressupostos locais

Argumentando que "o Plano Estadual para o período 1975-1979 guarda (...) estreito relacionamento com o II PND", preconizando "estabelecimento de políticas regionais de desenvolvimento em função de peculiaridades ou de níveis internos", o documento destaca, como passíveis de serem obtidos em Santa Catarina, cinco produtos enfatizados pe-

• Produtos siderúrgicos e suas matérias-primas;

• Fertilizantes e suas matérias-

• Defensivos agrícolas e suas matérias-primas:

• Papel e celulose;

• Cimento, enxofre e outros minerais não metálicos.

Concretamente, o Plano Estadual diz do carvão mineral que "representa uma das maiores potencialidades naturais do desenvolvimento de nosso Estado, hoje altamente valorizado pela crise energética mundial". E prossegue: "Face à decisão do governo federal de financiar a implantação de novas grandes minas, com capacidade de produção de 600 mil toneladas/ano de carvão pré-lavado em cada unidade, as quais deverão iniciar a operação em meados de 1976, o que representará um crescimento de mais de 400% na produção, ao Estado cumprirá estimular, com o auxílio da União, o uso do carvão vapor, através de instrumentos que permitam complementar, quando necessário, a iniciativa privada no que tange a estudos, projetos e instalação de coquerias (com produção e aproveitamento geral dos subprodutos de carboquímica); fábricas de amônia; gaseificação; siderurgia (com redução dire-ta ou não) e produção de carburantes (líquidos e sintéticos).

Expressa ainda o documento o desejo de que "a decisão que consolida a localização do pólo carboquímico em Santa Catarina seja resultado de um raciocínio lógico e produto da aplicação dos pressupostos que orientam as ações nacionais. Não se precisa de nada além para justificar o que é uma imposição da evidência em curso de concretização".

Numa rápida colocação do Estado. cuja economia "deve ser ao redor de 3% da brasileira", no contexto nacional, afirma que a estrutura industrial "nos últimos dez anos se transformou; as unidades produtivas ganharam porte; 220 estabelecimentos fabris respondem pelo emprego de mais de 100 mil pessoas e onde "apenas 10% da população está desprovida da capacidade de leitura e da escrita", além de possuir o "raro privilé-gio de ser o Estado que se situa no centro de um mercado de 20 milhões de consumidores dotados de crescente poder de compra e amplas possibilidades de expansão econômica e desenvolvimento social", faz um balanço detalhado das últimas medidas federais e estaduais com vistas a suprir deficiências nacionais:
"A produção de fertilizantes está ten-

do tratamento prioritário em face da sua importância na estratégia global de apoio à agricultura... para uma demanda de cerca de 4 milhões de toneladas de NPK (fertilizante) em 1880, apenas 30% estariam atendidas pela produção nacio-nal...": quanto ao carvão, o II PND orienta-o "no sentido da expansão e modernização da produção, incluindo pesquisas para utilização do carvão como matéria-prima para elaboração de produtos industrializados, inclusive gasolina e amônia; utilização dos subprodutos do beneficiamento das minas para produção de ácido sulfúrico e do ferro'

"Por sua vez – prossegue – os técnicos do Conselho Nacional de Petróleo continuam estudando vários processos alemães de gaseificação do carvão de baixo teor calorífico, com o objetivo de produzir no país sucedâneos de petróleo através do carvão mineral. (...) Ademais, é de conhecimento geral que o Brasil ainda depende fortemente da importação de petróleo: 80% das nossas necessidades procedem do exterior'

Estas remissões e constatações são suficientes para assegurar que (...) se colocou como inquestionável a necessidade de se ter e praticar uma política global do carvão mineral.

Mesmo a nível estadual, "se constatam colocações e proposições sig-



Murilo Canto pólo é necessidade nacional

nificativas como o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina; a implantação da Companhia Distribuidora Sul Catarinense e o estudo de viabilidade para a implantação de uma unidade siderúrgica.

O Projeto Litoral Sul tem por objetivo "o desenvolvimento da região, mediante subprojetos específicos (água e complexo carboquímico) aplicados em setores estratégicos com alto poder multiplica-dor" e "capazes de induzir mudanças na

estrutura e do emprego"

A Companhia Distrito Industrial Sul Catarinense, por sua vez, pretende "executar a política estadual de desenvolvimento, crescimento e expansão do Distrito Industrial da Região Sul; promover a integração da ação estadual com a dos governos municipais e federal; e atuar no campo da exploração econômica, no setor de fomento à produção industrial e à expansão comercial dos produtos das micro-regiões que a integram.

Argumentos

"Os dados da conjuntura - argumenta o relatório da Comissão Parlamentar Externa, da Assembléia Legislativa catarinense - são francamente indicativos de que o país caminha para uma grande definição política e de intensas recercussões econômicas e sociais, pertinentes ao carvão mineral. O pólo carboquímico tem, atualmente, duas localizações possíveis: Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. É evidente que o pólo se situará na área dos jazimentos carboníferos'

A decisão é federal. Para fundamentála, serão explicitados elementos de convicção de ordem política, econômica, social e de segurança. O pressuposto a atender será o da estratégia do II PND, que consagra a desconcentração industrial como instrumento de obtenção do equilíbrio político e da superação dos desníveis regionais.

Se um raciocínio devesse ser feito a partir de Santa Catarina e com possibilidades de transferir convencimento à autoridade federal, este raciocínio poderia incluir os argumentos que se levantam a

seguir:

• A decisão consolida diretrizes políticas e ações concretas federais e locais. A indústria carboquímica, investimento basicamente federal; o Projeto Litoral Sul, em desdobramento por ações da Sudesul e do Estado, e seus subprojetos econômicos já dão a Santa Catarina a condição do pólo carboquímico de fato. O embrião está em curso de crescimento. A decisão federal (...) acelerará iniciativas e desdobrará, em velocidade, as medidas de implantação de mais um centro de desenvolvimento nacional;

 Manutenção do equilíbrio regional. A extensão territorial, o contingente demográfico e a qualidade dos pólos gaúcho e paranaense viabilizaram ali intensa exploração agropecuária, a construção de metrópoles, de centros financeiros expressivos e a forte participação nas decisões nacionais. Santa Catarina expandiu-se em razão da qualidade do elemento humano. As circunstâncias e a vontade política sediaram no Paraná, Itaipu, corredor de exportação, refinaria

(RITK) 13 a 19/10/1975

de petróleo, instalações experimentais de xisto, superporto de Paraná. Igualmente vontade política e circunstâncias localizaram no Rio Grande do Sul refinarias de petróleo, corredor de exportação, usinas hidráulicas significativas, terceiro pólo petroquímico, superporto do Rio Grande".

Há, em decorrência, nítida possibilidade de ampliação do desequilíbrio entre os desenvolvimentos dos três Estados meridionais. Não são desejados os desequilíbrios existentes. Não se pode, tambem, imaginar que possam ser exacerba-

 Desconcentração das forças de decisão política. A federação é cooperativa. As decisões devem ser produto de vontades homogêneas, fortalecidas na liberdade que a riqueza propicia. A riqueza é, crescentemente, o resultado da transformação de insumos em bens de consumo ou de capital, pela via da indústria. O equilíbrio da Federação só será alcançado pela difusão da riqueza e a consequente desconcentração das forças que

fazem as decisões políticas;

Consolidação da política em curso de tratamento global da economia carbonífera. Os investimentos da ICC, da Usina Jorge Lacerda, da infra-estrutura porto-terrovia, a modernização das minas e os gastos em pré-estrumentos federais como estaduais na região conduzem à necessária decisão mais abrangente e nacional: a localização em Santa Catari-

na do pólo carboquímico;

 Ordenação do território e urbanização. A fixação do pólo carboquímico acelera e consolida o processo de urbanização catarinense e gera um centro de desenvolvimento que envolve, inclusive, a micro-região da grande Florianópolis (onde se situa a capital do Estado), que é limítrofe da região carbonífera, induzindo assim o surgimento de uma área com capacidade de produzir efeitos intensos de multiplicação de riqueza e autonomia de vontades.

Assim - segundo o documento -, a localização do pólo carboquímico poderia emergir dos seguintes argumentos de ordem econômica

Disponibilidade/qualidade de maté-

 Disponibilidade/qualidade da infraestrutura:

 Disponibilidade/qualidade da iniciativa privada:

Disponibilidade/qualidade da mão-

de-obra: Acessibilidade de mercado;

Economia de escala e de aglomera-

• Estágio dos estudos globais e subse-

• Cobertura total de um setor básico ao desenvolvimento nacional e regional, já que inclusive o grau e o nível de conhecimento da economia do carvão são irrepetíveis no país, mesmo a médio prazo.

Ordem social e segurança nacional

Entre as razões de ordem social, cita o documento: o sentido de redenção e a valorização humana e a superação das quase frustrações pela insuficiência da resposta federal às postulações catarinenses, que nos anos anteriores postulou refinaria de petróleo, estudos longitudinais, corredor de exportação, Tribunal do Trabalho.

Além disso, alega que "pelas implica-ções positivas sobre várias atividades econômicas fundamentais (aço, energia, fertilizantes), o carvão nacional diz muito com a segurança. Para preservá-la na escala e na dimensão com que os brasileiros a querem e precisam, é fundamental que o país se aproprie definitivamen-

te do melhor carvão nacional...
Principalmente em se levando em conta que "a expansão da termoeletricidade pela Eletrosul prevê um consumo de aproximadamente 144 mil tonela-das/mês de carvão vapor, além do que a diminuição do teor de cinzas do carvão metalúrgico de 18,5 para 15% implicará no aumento da relação carvão metalúr-gico-carvão vapor, fato esse que levará a um estoque crescente de carvão vapor na região, cuja utilização viria não só produzir novas riquezas, mas, inclusive, refletir-se no preço do aço.



AGRICULTURA

AGENTES MORTE

Cada vez mais o brasileiro vive pior. A tecnologia se encarrega de causar problemas à economia e à saúde nacional. As multinacionais transformaram os brasileiros em cobaias e hoje comemos para morrer.

Crítica tem denunciado, com insistência, o fato de que as multinacionais aproveitam-se da inexistência, no Brasil, de leis específicas e transformam o país em campo de comercialização de medicamentos que, considerados perigosos para a saúde pública, já foram há muito proibidos em seus países de origem. Apesar das dramáticas denúncias, e da freguesta de comercia de come quência com que são feitas, da citação nomi-nal dos "medicamentos da morte", com os sais de que são compostos, seu nome comercial, os laboratórios que os produzem e seus efeitos nocivos no organismo humano, as drogas continuam sendo livre e criminosamente comercializadas. A essas denúncias junta-se outra, igualmente importante, do ecólogo gaúcho José Lutzenberger, sobre as centenas de casos de intoxicação aguda – algumas fatais – que têm sua origem nos métodos da moderna tecnologia agroquímica. – Os casos que vêm à tona são apenas a ponta do iceberg – diz Lutzenberg. – Quando alguém é levado ao hospital após o manejo de "defensivos" agrícolas, não resta dúvida sobre a origem da calamidade. Mas quando estamos morrendo de câncer, quando figado ou rins se estragam ou quando as defesas do organismo sais de que são compostos, seu nome comer-

estragam ou quando as defesas do organismo entram em colapso após anos e anos de contaminação insidiosa, a vítima e o médico não saberão jamais onde procurar o culpado. A medicina moderna controla relativamente bem as enfermidades infecciosas mas verificamos hoje um avanço vertiginoso das enfermi dades degenerativas.

dades degenerativas.

Para Lutzenberg, o aumento dessas enfermidades ocorre às custas da queda da qualidade ambiental, cada vez mais poluída por uma tecnologia míope e imediatista, e cuja sede de lucros leva-a a violentar as próprias condições de sobrevivência da humanidade. "A agricultura moderna, com seu enfoque mercantil e tecnocrático, alienou-se de tal modo do mundo vivo que vive de sua violação e destruição."

Dependência tecnológica

A irresponsabilidade de uma tecnologia agrícola imediatista é julgada por Lutzenberg como apenas um aspecto parcial da sociedade de consumo: se nesta o único critério válido é o econômico – ou, mais simplesmente, aquele que determina maior fluxo de dinheiro –, uma tecnologia será tanto mais "econômica" se produzir maior fluxo de dinheiro em direção à empresa. O objetivo único do capitalismo é o lucro máximo, não estando em suas cogitações o bem ou o mal que a aplicação de seus produtos poderá causar em um indivíduo, um agrupamento ou um povo! Lutzenberg expli-

As técnicas agrícolas e pecuárias são hoje ditadas pelas indústrias de maquinaria agríco-la e pela indústria química. Já não é mais a indústria que se ajusta às necessidades de uma agricultura sã: é a agricultura que deve ajustar-se às necessidades de uma indústria

próspera.

– As grandes indústrias químicas são invariavelmente grandes complexos multinacio-nais. Podem dar-se ao luxo de investir dezenas de milhões de dólares na pesquisa e preparo de um só produto, porque o lucro, em poucos anos, será muito superior ao investimento. Até af, investigaram unicamente determinado efeito específico do produto, segundo o que tinham em vista. Mas a aplicação do produto pode causar efeitos colaterais. E os métodos biológicos, que são métodos ecológicos, precisos e discriminados, e que levam em conta a complexidade da natureza, também exigem para o seu aperfeiçoamento grandes investimentos em esforca humano e capital. Ocorre mentos em esforço humano e capital. Ocorre que esses métodos naturais, aplicados na prática, não permitiriam lucros para terceiros. Só lucrariam com eles o agricultor, o ambiente e a saúde pública. E é evidente que as multinacionais não se sentem atraídas para onde não há perspectivas de grandes negócios. A uma agricultura sã mas que não proporciona luagricultura sa mas que nao proporciona lu-cros, preferem alimentar-se e serem alimenta-dos por uma agricultura altamente poluente, que irá consumir os "defensivos", "aditivos" e "corretivos" químicos produzidos pelas multi-nacionais, mesmo que isto signifique a morte de algumas dezenas de consumidores de ali-mentos contaminados que empregados que mentos contaminados, ou de empregados que manipulam esses produtos.

A manipulação do poder

Uma solução que poderia atingir os limites da viabilidade seria estender o controle estatal não apenas sobre a produção de insumos químicos, mas sobre toda a economia agropecuária. Desde que esse controle pudesse manter-se incólume às pressões das multinacio-nais. E o exemplo histórico não nos autoriza a admitir que qualquer sistema capitalista possa manter-se infenso às pressões do próprio capi-

 De qualquer modo – acrescenta Lutzen-berg – a pesquisa na procura de soluções fitossanitárias teria que ser levada a cabo não pelas grandes indústrias, mas pelo Estado, pelas universidades, cooperativas e mesmo pelas grandes empresas agrícolas. Acontece indústria química tem hoje tal força e dispõe de meios tais que manipula, direta ou indiretamente, Estado e particulares, inclusive muitas universidades.

A quase totalidade do assessoramento técnico fitossanitário está em mãos da própria indústria química ou do comércio a ela associado. É algo assim, segundo Lutzenberg, como se o farmacêutico fosse quem escrevesse as receitas: receitaria apenas aquilo que tivesse em estoque. "Uma situação perfeita-mente imoral. Mas a imoralidade não termina aí. A indústria não hesita diante do emprego da corrupção. Para ela, nada significam al-guns milhares de dólares para um funcionário-chave, quando está em jogo um grande pedido para uma campanha sanitária ou de pedido para uma campanha santiaria di de erradicação de determinada praga agrícola. Ela não hesita sequer diante de pressões para que sejam removidos de seus postos, por exemplo, agrônomos que não estão dispostos

exemplo, agronomos que não estão dispostos a dobrar-se diante das multinacionais."

Ressaltando que, além do suborno e da corrupção, as multinacionais são favorecidas pela própria ignorância que parece entorpecer os membros da burocracia, afirma que a indústria se aproveita perfeitamente desse estado de coisas e luta ferozmente contra qualquer tentativa de regulamentação.

A problemática da agroquímica é complexa e campeia a ignorância entre os próprios técnicos. Quando burocratas e políticos discutem o problema, o fazem, em geral, com total desconhecimento de causa, e a indústria faz questão de não esclarecê-los devidamente: ela não esclarece sequer o comércio do qual se não esclarece sequer o comércio do qual se serve. Isto ficou muito bem documentado pela mortandade de gado ocorrida em Pelotas, no ano passado, exatamente na fazenda de um tradicional comerciante de pesticidas quími-

A irresponsabilidade das multinacionais, seu desprezo pela vida alheia, e a omissão - e em bom número de casos, cumplicidade mesmo – daqueles que poderiam ao menos coibir os abusos, é evidenciada pelo fato de que a indústria vende livremente a quem quiser comprar, sem receita, os venenos mais fulmi-nantes que o homem jamais inventou, sem interessar-se por como e onde serão aplicados. Lutzenberg dá o exemplo:

— Em um de nossos matutinos repetem-se

- Em um de nossos matutinos repetem-se nos fins-de-semana anúncios que oferecem "arsênico sueco aos melhores preços". No mesmo jornal, em artigo dedicado ao ensino da agricultura na página infantil, um agrônomo recomenda o uso do Aldrin para sementeiras de horta e manda as crianças dosificarem o produto em caixinhas de fósforo. O Aldrin é um poderoso veneno absorvível pela pele. Os orizicultores, da mesma forma, são induzidos atraves de maquiavélicas campanhas de propaganda a usar herbicidas quando realmente não há nenhuma necessidade disso. A maneira como vem sendo conduzido o negócio da química, em termos ecológicos, é algo assim como se fosse permitido o comércio livre de bombas atômicas baratas e acessíveis ao pú-

Desumanização do homem

Um dos aspectos mais cruciantes do problema é que nenhuma campanha de conscienti-zação ajudaria a solucionar o problema, pois não é ao nível da consciencia que ele está localizado, e sim ao nível do econômico. Não há falta de consciência ecológica, nem há ignorância, por parte das multinacionais, dos malefícios que os produtos condenados acar-retam. O que há é a volúpia de lucrar sempre mais, mesmo que à soma de cada novo lucro deva acrescentar-se a soma de novas vítimas

dos insumos venenosos.

- Em relação à natureza - diz o vereador Glênio Peres, do MDB de Porto Alegre - há homens que são a favor dos homens, mas há também as pessoas que, por estarem de tal maneira obliteradas no seu entendimento da importância da sua passagem pela terra, e da importância da sua passagem pela terra, e da desimportância da sua unidade como homens, confundem as circunstâncias de tal forma que perdem a situação da sua própria humanida-de, na medida em que, a serviço do lucro e das

vantagens de uns poucos, sacrificam os recursos que são de todos.

Um aspecto ocioso do problema, mas que não deixa de ser interessante, é saber se as multinacionais teriam condições, em termos de classe social de master de classe social, de manterem-se imunes aos males por elas próprias desencadeadas. O DDT, por exemplo, é um hidrocarboneto clo-rado, uma substância sintética sem semelhanentre os milhões de substâncias naturais. não havendo, portanto, na natureza, o enzima capaz de decompor o DDT. Uma vez solto no ambiente, ele circula por toda a ecosfera, atingindo os mais distantes lugares do globo. Uma de suas características é a de poder concentrar-se através de cadeias alimentares. Ninguém – nem mesmo os poderosos das multinacionais – estaria livre dos seus efeitos nocivos. Trata-se evidentemente de uma prática suicida, uma contradição cuja solução é incompatível com o próprio modo de produção capitalista

Essa contradição - mais uma, apenas - é assinalada pelo vereador Glênio Peres como um dos fatores que contribuirão para a formação de uma consciência social, e somente esta poderá dar ao caso a solução que ele requer 'Quando a consciência se universaliza e todos redescobrem a necessidade de dignificação, quando o homem descobre que a água é turva e o fruto é podre, só então sente-se desamparado e compreende que unicamente ele pode constituir-se no grande exército em defesa de si mesmo. É nesse momento que ocorrem as grandes revoluções."

JORGE FISCHER

ATUALIDADE SAN TIAGO DANTAS

Chega, necessariamente, a hora de uma revisão crítica de San Tiago Dantas, revisão que deve estar despojada do conhecimento pessoal na medida em que esse conhecimento nos perturbe na interpretação de sua obra.

A refeitura, o repensar pausado do material deixado pelo escritor nos revela uma coerência, uma intensidade na criação de razões, uma perspicácia impulsiva na apreensão de fatos e pessoas que explicam o aparente movimento pendular de suas atitudes políticas. Seus amigos destacam sua altura intelectual, certa frialdade de um puro criador pelo raciocínio, uma desculpa aquelas suas últimas atitudes políticas como se elas, as atitudes, fossem um vestuário artificioso e não a propria pele de San Tiago. Augusto Frederico Schmidt chega a dizer que "para San Tiago, deve ter sido uma verdadeira expiação a permanência nesse baixo plano de estagnação política", fazendo referência à sua militância petebista, Afonso Arinos nomeia o intelectualismo de San Tiago dizendo que "fosse ele literario, jurídico ou político, não era artificial, mas instrumental". Era daqueles "capazes de penetrar a realidade com o agudo estilete do raciocínio" e San Tiago "era sensível, e muito, só funcionando essa sensibilidade no campo afetivo." O "claríssimo poder do raciocínio" o levara à verdade ou ao esta indistintamenta possure ele. San erro indistintamente, porque ele, San Tiago", não conseguia agir senão em função de prévios esquemas racionais"

Por que que esta incidência apreciativa sobre uma racionalidade preponderante como se ela, a razão, não fosse o caminho para apreensão da realidade? O mesmo Afonso Arinos acrescenta que San Tiago construía uma realidade lógipretendidamente vital e que com razões de semelhante claridade explicava os possíveis erros de interpretação. Faltavam-lhe - é a consequência de seu crítico afetivo - condições, pelo menos em política, para tingir o dever-ser pelo que é, em marcha através do irracional.

Nesta revisão necessária, já com a perspectiva do tempo, de figura das di-mensões de San Tiago Dantas, nos parece necessário que o crítico em profundice necessário que o crítico em profundi-dade que faça aquela revisão, encontre a razão existencial daquele "agudo estilete do raciocínio" inerente à personalidade de San Tiago. Essa razão existencial poderá nos dizer que a racionalidade preponderante do escritor não era a superfície do seu discurso, não era a periferia de seu pensamento; era sim a periferia de seu pensamento; era, sim, a própria essência, o próprio núcleo de seu pensar na captura criadora da realidade, de uma realidade que o envolvia e que o convertia em protagonista de seu desen-volvimento. Não se duvide da tremenda argúcia de San Tiago para interpretar seu espaço e seu tempo: poucos como ele sabiam, prospectivamente, das linhas de força da dinâmica social e nesta sabedoria, ele sabia interpretar a direção vetorial das forças e encaminhá-las, para os fins positivos da sociedade brasileira.

Precisamos uma revisão de San Tiago Dantas na medida em que ele foi a mais importante figura de sua geração, segundo o depoimento textual de Afonso Arinos. Esta revisão deverá ser feita por aqueles participantes da geração e por aqueles que sem conhecimento pessoal



San Tiago Dantas: a mais importante figura de sua geração

de San Tiago, contemporaneamente, viveram e sofreram as sinuosas linhas do devir atual deste país. Mais de dez anos sua base teórica, os fundamentos para se passaram da desaparição física de San Tiago e, nesse tempo, ninguém apareceu para dizer sobre as linhas do devir brasileiro, a principal preocupação de San

Quem conheca o pensamento de San l'iago Dantas sabe perfeitamente de sua posição sobre cada um dos problemas que nos atingem. Se sobre política exterior, ele pode abrir o Brasil para a realidade contemporanea; se sobre educação, ele, como poucos, fez o diagnóstico das limitações de nosso sistema de ensino; sobre política trabalhista ele sabia perfeitamente as relações entre a suas formulações definitivas? Nos falta obra escrita reunida de San Tiago Dantas, obra que pode ser oferecida por sua família ou por seus amigos. Sua vocação discursiva o levou à criação parlante não sempre recolhida em ensaio

Lembro-me de uma conferência pro-nunciada em São Paulo, sobre a revolução francesa, onde traçara um esquema perfeito da gênese, apogeu e ocaso das revoluções sociais prometendo esquema semelhante para a interpretação da revolução russa. Não sabemos da publica-

ção daquela conferência. Posteriormente, como paraninfo, pronunciara ante estudantes de Direito, importantíssimo discurso sobre o papel das elites na fase – do Brasil – do desenvolvimento socioeconômico. Essas palavras plenas de preciosas sugestões e dignas de aguda exegese, devem estar perdidas nalgum velho número do Jornal do Commercio. Neste mesmo jornal, quando lhe tocou ser seu diretor, saíram editoriais de sua autoria analisando coisas e fatos contemporâneos. Por que não uma edição de suas obras recolhendo o material disperso, classificando esse material, edição proveniente ou da família ou dos amigos ou de ambos para fixar e dar a conhecer, já com a perspectiva do tempo, a extraordinária riqueza do pensamento político, jurídico, econômico e, globalmente cultural, de San Tiago Dan-

Há uma publicação de San Tiago, sob o sígno de Tempo Brasileiro, saída nos dias próximos após de sua morte: "Dom Quixote – Um Apólogo da Alma Ociden-tal". A origem deste livro foi uma confe-rência pronunciada em 1947, na celebrarencia pronunciada em 1947, na celebração do centenário cervantino, organizada, a conferência, pelo mais ativo agregado cultural que teve a embaixada da
Espanha no Brasil, o escritor Manuel
Augusto Garcia Viñolas. Pode Garcia
Viñolas organizar sabiamente a série de
conferências incluindo, além de San Tiago, Augusto Frederico Schmidt, Rosalina Coelho Lisboa e Francisco Campos.
Motivado veementemente por Viñolas Motivado veementemente por Viñolas, San Tiago compôs esse extraordinário apólogo da alma ocidental, na busca de uma "lição de purificação do mundo pelo heroísmo". Esse texto deve ser relido, deve ser comentado, é paradigma do que deve ser um ensaio no sentido intelectual e conceitual. Não há dúvida que San Tiago deu-se inteiro na formulação do que é ocidental, ou ocidentalidade alma e espírito - baseado na criação do herói cervantino

Quase trinta anos passados, duas ge-rações incrustadas nesse tempo histórico de acordo com a aritmética generacional de Ortega y Gasset, e se nos aparece o ensaio de San Tiago com uma estranha lucidez sobre o devir histórico: os valores de Ocidente, da ocidentalidade, estão em crise: vamos enterrá-los ou sair, quixotescamente, na sua defesa? San Tiago, lúcido como ninguém nestes países do chamado novo mundo ou do terceiro mundo ou de qualquer classificação numeral, propoe encontrar e descrever o símbolo em que se personificam as essências, dado o aspecto apologal de Dom

As interpretações de Dom Quixote são cíclicas, sejam filosóficas, históricas ou psicológicas como se o herói cervantino fosse símbolo das épocas críticas. Neste sentido, San Tiago encontra que Dom Quixote se reflete secularmente na consciência ocidental como fábula construtiva, como episódio exemplar tornando inteligíveis certos recessos dessa consciência. O ethos da cultura e da moral

CRITICA 13 a 19 10 1975

ocidentais estão contidos no livro de Cervantes e seu conteúdo, do livro, foi modelo de exercícios espirituais para a formação do homem moderno. Diz textualmente San Tiago que "sem Quixote, o espírito ocidental, especialmente ibérico e ibero-americano, teria tido outros caminhos. E, se hoje o perdêssemos, e o apagássemos da memória, muito do que existe em nós se nos tornaria indecifrável".

O método simbólico, ou o conhecimento simbólico da filosofia moderna, é o instrumento de penetração utilizado por San Tiago na obra cervantina. O fato artístico condensa a realidade e no caso de Dom Quixote sua contribuição é a formulação do heroísmo, formulação oposta, tanto ao heroísmo antigo como ao padrão do heroísmo do ideólogo militante de nossos dias. O sentido desse heroísmo San Tiago o assinala: "não no sentido aristocrático, de homem privilegiado, mais poderoso do que os outros e realizador de grandes feitos - que foi como o entendeu a antiguidade - mas no sentido de homem que dá testemunho, de mártir, cujas ações frutificam pelo exemplo e pela força espiritual que irradiam". O herossmo deste tipo está isento do sucesso no alcançar o resultado, fora do ideal de eficiência, e opera pelo exemplo e pela germinação. A salida quixotesca é o mais puro modelo da aventura, da aventura intensamente vivida pelo ativismo ocidentalista desde o século do Homem da Mancha.

Três notas essenciais são marcadas por San Tiago no heroísmo quixotesco: o dom de si mesmo, a fé e a pureza. A fé heróica é uma fé hierarquizada pela consciência cristã. O herói antigo tinha fé em si mesmo: a fé quixotesca está na própria justiça da causa a que se entregar a causa o impregna de confianca.

ga; a causa o impregna de confiança.

Neste ponto, na procura do heróico quixotesco, San Tiago alcança as notas precisas da modernidade ocidental: é fazer do próprio ser um mediador da obra a que se entrega, desaparecer nessa obra ou "consumir-se e enterrar-se nela como a semente no solo".

No amor de Dulcinéia encontraremos o amor tal como o tem entendido o espírito moderno. Nos mais belos parágrafos de sua conferência-ensaio, San Tiago estuda a contribuição de Cervantes para compreensão do amor e como essa compreensão se projeta na consciência de nosso tempo. Parte de uma afirmação, de que o amor "é também o resultado de uma transformação da consciência histórica: sobre aquela atuam as grandes forças materiais e espirituais que modelam o curso dos tempos".

Houve, no transcurso dos tempos, diferenças inclinativas do amor e na Renascença se estudou profundamente essas diferenças. O livro mais importante da época – «Diálogos de Amor» de Leon Hebreo – foi intensamente lido por Cervantes e é modelo de seu desenho amoroso. San Tiago contrapõe o amor quixotesco ao amor fáustico e, em ambas formas, encontra o sígno da ocidentalidade moderna.

Neste trabalho sobre Cervantes encontramos o segredo criador de San Tiago Dantas. Razão analítica, sim, como método de apropriação do assunto mas uso intenso da intuição, procura pelos caminhos da irracionalidade e pai-

xão participante.

Por que, então, ficar preso, na apreciação crítica, à aparente frieza de seus famosos esquemas racionais se o vemos capaz, nesta busca do heróico e amador Dom Quixote, penetrando na densa floresta das razões do coração? Sua paixão política, que era verdadeiramente paixão, obedecendo a uma rígida hermeneutica quando de sua formulação, era também dar testemunho, na melhor tradição quixotesca e cervantina.

Quem, para dize-lo novamente, pode dar depoimento sobre San Tiago? Seus amigos, aqueles que o conheceram cotidianamente, que tiveram a ciência de sua palavra, aqueles que o ouviram na intimidade de sua euforia ou de sua depressão? Poucos são os exegetas do Brasil, e sobretudo do Brasil em marcha. San Tiago foi um destes últimos que via seu país, na sua economia, na sua sociedade e na sua cultura, através da plenitude do universal.

EFRAIM TOMÁS BÓ

DOSTOIÉVSKI E AS LUTAS DE SEU TEMPO

"Experimentarás uma grande dor e ao mesmo tempo serás feliz. Tal é a tua vocação: procurar a felicidade no sofrimento." (Dostoiévski)

Em 1880, há noventa e cinco anos atrás, portanto, publicava Fedor Mikhailovitch Dostoiévski o seu grande romance da maturidade: «Os irmãos Karamasov», obra em que criava um "vasto panorama da Rússia e de suas possibilidades de crime e de redenção". Suas obras, com seus "inúmeros personagens, seus enredos complicados e episódios sensacionalistas, parecem romances de cordel; mas a força de penetração psicológica transforma-os em vastos panoramas das almas, da alma russa e de todas as possibilidades humanas".

A obra e as ideias de Dostoiévski traduzem em toda a sua extensão o drama da Rússia e de seu povo no século XIX, ambos saindo de um mundo semibárbaro e entrando em contato com toda a moderna civilização européia, por sua vez também excessivamente carregada de problemas, de dúvidas e de incertezas, quanto à estrutura social vigente. Viveu o escritor durante o período inicial da revolução industrial que assolava a Europa e que lançou os alicerces da nossa civilização mecânica moderna.

Uma das grandes conseqüências da revolução industrial foi a criação de duas novas classes: a burguesia industrial e o proletariado. A burguesia tornou-se o elemento direto da sociedade e passou a dedicar-se ao capitalismo financeiro. Seus membros entregaram-se a operações de capitalização, ao lançamento de novos negócios, cujo propósito era o lucro imediato, sem levarem em consideração o que pudesse vir depois.

Por outro lado, a revolução contribuiu também para uma melhoria de condições de vida do homem, pelo aumento de recursos materiais, maior conforto e se-gurança, ao mesmo tempo que foi também prejudicial por causas não inerentes à condição da mecanização da indústria e da agricultura, mas pela desigual repartição dos benefícios das riquezas que assentava em sistemas basicamente defeituosos. Tanto o lavrador, como o operário continuavam sujeitos a tarefas extenuantes. Produzia-se maior quantidade de artefatos, mas a dureza do trabalho não diminuía, muitas das fábricas tendo mesmo condições de trabalho absolutamente desumanas. Os operários então organizaram-se. Reclamaram salários mais elevados e melhores condições de vida. Constituiu-se uma classe consciente de si mesma. O proletariado, que acabava por alcançar força suficiente, desafiava a burguesia capitalista que o explorava e oprimia.

Outra superestrutura ideológica que ajudou a movimentar a Europa de 1830 a 1914 foi o nacionalismo. Não só surgiriam movimentos a favor da defesa e da grandeza nacionais, mas uma força agressiva que atacava e desprezava os direitos dos outros povos, transformando-se em autêntico imperialismo.

Acrescente-se a isso tudo que, ao lado da revolução industrial e desse nacionalismo exacerbado, ocorria na Europa do século XIX um inusitado desenvolvimento científico, especialmente nas ciências biológicas e na medicina, ao mesmo tempo que nasciam, por assim dizer, ciências novas: a antropologia,

com Pichard e Burnett Taylor; a sociologia, com Augusto Comtee Spencer, enquanto que por volta de 1870 a psicologia desligava-se da filosofia, tornando-se ciência independente. (Poder-se-ía acrescentar à lista a filosofia evolucionista de Spencer e de Huxley, assim como a de Haeckel com seu ateísmo, materialismo e mecanismo.)

E a Rússia?

Também em solo russo, como no ocidente europeu, os problemas sociais já existiam em estado agudo, já que as doutrinas socialistas haviam penetrado ali, logo após as guerras de Napoleão. Surgiriam várias sociedades secretas de tendências reformistas; apareceriam partidos, grupos e novas células políticas. Uma das primeiras foi a insurreição decabrista (nome dado aos participantes da revolta militar que pretendia depor Nicolau I e colocar no trono seu irmão Constantino, obtendo-se, assim, uma constituição), insurreição que fracassou completamente.

Depois de fracassado esse levante, em 1825, a inevitável reação proveniente do rígido autoritarismo do czar Nicolau I tentaria sufocar o fermento revolucionário, determinando – por outro lado – a superação da poesia, que fora a grande intérprete daqueles ideais no segundo e terceiro decênio do século dezenove russo. Assim, enquanto se extinguia, aparentemente, na capital, o desejo de liberdade, preparava-se em Moscou uma nova e mais sólida batalha ideológica, conduzida não mais por uma romântica aristocracia, mas por uma hova burguesia intelectual, que encontraria na narrativa seu mais idôneo meio de expressão.

Desse modo, na literatura russa, dessa época, a poesia cederia lugar ao romance, o autêntico porta-voz das novas exigências sociais, iniciando-se o que se chamaria mais tarde de o realismo russo, inspirador e testemunha das reformas de Alexandre II e que culminaria com a libertação dos servos da terra no ano de 1861.

Gogol, o mais original e russo dos escritores do oitocentos, herdara de Púshkin a observação minuciosa e constante da realidade. Não importa que ele observasse a realidade. reproduzindo-a exatamente "como a ve" "não como ela é", como pretendeu um conhecido crítico seu. Fielmente a reproduzindo - num quadro desolador, expresso por uma visão deformada pelos seus próprios olhos, porém sugestiva e extremamente pessoal - Gogol não só estava criando na Rússia a tradição da satira grotesca, que se constituirá num precioso e singular filao para toda a literatura nacional que vira depois dele, mas originaria também o chamado realismo humanitário, com passagem pela escola natural (Bielinski), o que não significa, em última instância, naturalis-

A essa escola natural pertenceram, entre outros, Sollogub, Vladimir Dal e Butkóv. Já na linha do realismo psicologico seriam encarreirados os nomes de Dmitri Grigorovic e de Sergei Aksakov. Nos anos 30, surgiriam ainda dois círculos da então chamada inteligência rus-

sa, nitidamente dominados por Stankevic e por Herzen. O primeiro, nascido do idealismo alemão, via Hegel, Fichte e Schelling; o segundo, mais interessado em problemas sociais do que em filosofia pura, descambava para o socialismo utópico de Saint-Simon e de Fourier. Dariam, ambos, duas correntes distintas que, inicialmente, se combateriam de uma certa forma: uma sustentava a necessidade do russo se aliar à cultura da Europa ocidental; a outra, seria paladina da tradição e da originalidade dos costumes e tradições nacionais.

O primeiro ocidentalista foi Caadaev. (A corrente ocidentalista começou a delinear-se por volta dos anos 40 e encontrou seu caminho na filosofia idealista do círculo de Stankevic e no socialismo do grupo de Herzen, que se uniram em oposição ao eslavofilismo e a uma forma acentuada de conservadorismo do outro grupo. Foi um movimento progressista e anti-clerical. Um de seus expoentes, além de Caadaev, foi o crítico Bielinski. Acrescentaríamos os nomes representativos de Maikov, Pavel Annenkov, Druzinin e a crítica radicalista do próprio Herzen). Quanto aos eslavofilistas, nomearíamos, principalmente, Grigorev.

A violenta transformação social, que assaltara a Rússia a partir dos últimos anos da década de 20, com a crise da economia agrária e o início da economia capitalista, estaria seguramente apoiada na base dessa inteligentíssima e trágica doença que contaminou todo o século dezenove russo – o niilismo; tanto que, mais tarde, Dostoiévski exclamaria com tristeza e dor: "Na Rússia, somos todos niilicas!"

O panorama ficcionista russo passa então a ser dominado por dois nomes: Goncarov e Turgueniev, símbolos do que se cognominou de homem supérfluo (isto é, aqueles que se separavam ideologicamente de sua própria classe social e não desprezavam nem o servilismo nem o espírito burguês, mas desprezavam a própria impotência, a soberba vulgaridade do mundo e a moribunda economia patriarcal).

Tanto Goncarov, como Turgueniev, descreveram muito bem a metamorfose psicológica e social por que passou a vida do campo, ainda que o desgosto manifestado por ambos resultasse sempre impotente – daí, seus personagens se refugiarem na ironia e na indiferença são visceralmente in capazes de amar.

são visceralmente incapazes de amar.

Do pessimismo de Caadaev à total e inerte negação filosófica dos que lhe sucederam, o passo é curto. Prontamente chegamos ao radicalismo dos demônios (os revolucionários) e ao niilismo de Stavrogin, aos quais Dostoiévski acrescentaria a sua grandiosa concepção religiosa, cristã-ortodoxa.

É a partir desse momento – em que se individualizam os dois aspectos mais clamorosos e contrastantes da realidade russa: o político-social, no qual se instala o socialismo marxista, e o espiritual, que encontra sua expressão máxima no neocristianismo de Dostoiévski e de Tolstoi – que se iniciam as conturbadas tomadas de consciência pátria e universal, que resultariam na revolução dos inícios do século XX, fomentada por Tchécov. Gorki, e os chamados novos realistas, tais como: Telesov, Sibiriak, Bunin, Andreev, Veresaev e, finalmente, Kuprin.

Bibliografia consultada:

D. Merejkávski, «Tolstói et Dostoiévski» (Pá-

Andre Gide, » Dostoiev ski» (Paris, 1923). Leon Chestov, «La Philosophie de la Tragedie» (Paris, 1926).

Stefan Ziceig, «Dostoievski» (Paris, 1928), Nicolas Berdiaeff, «L'Esprit de Dostoievski» (Paris, 1929).

Henri Troyat, «Dostoiévski» (Paris, 1940). Guardini. «L'Univers Religieux de Dostoiévski» (Paris, 1947). Otto Maria Carpeaux, «Història da Literatu-

Otto Maria Carpeaux, «Historia da Literatura Ocidental» (Rio. 1959-66). Leonid Grossman. «Dostoievski Artista» (Rio. 1967).

Hamilton Nogueira, «Dostoiétski» (Rio. 1974).

REYNALDO BAIRÃO

CRÍTKA 13 a 19/10/1975

17

Vai a Salvador? Ouer comer acarajé feito na hora? Carne de sol com pirão de leite? Quer ver e ouvir show ao vivo? Não deixe de ir à

MOENDA

na Boca do Rio

Reservas de mesa pelo telefone 5-7837

SALVADOR

BAHIA



Um livro de Pedro Zamora sobre futebol, com as dicas do velho profeta do futebol. Nenem Prancha. Neste li-vro, Zamora fala da historia do jogo e de suas leis; principios do jogo; leis; principios do jogo; leitura do jogo; siste-mas de jogo; taticas; concentração, apresen-tando ainda os "Onze-mandamentos do joga-dor de futebol", que tem a supervisão do Professor Almir de Al-meida. Prefácio de João Saldanha. Preco: Saldanha. Preço: Cr\$ 20,00.

> Peçam pelo Reembolso Postal à Editora Critica

Av. Rio Branco, 156, s. 1222, Rio de Janeiro







10

11

12

O NEO -LIBERALISMO MOORE

Já não é de exclusivo conhecimento técnico que a ideologia é o cimento de que se reveste a estrutura do edifício capitalista. A ideologia se corporifica a partir de sua própria revelação, e o mundo este sim fica perplexo diante das crenças que o liberalismo ensinou.

Velhas palavras refletem novas realidades; crise, lei, sistema, dor, felicidade transformam-se em termômetros da realidade e esperança para os indivíduos que se encontram frustrados pela inadequação de um sistema que a despeito de suas vontades, deixa de existir. Vivemos em um tempo em que a estrutura capitalista demonstra sinais de uma possível frag-mentação. O mercado se obstina em ser independente de seus reais agentes, da vontade sem planificação. Os indivíduos em massa compram irracionalmente, fora dos escopos da nacionalidade. Vivemos em uma época cujos resultados políticos poem em jogo o próprio destino da humanidade. O Estado nacional vê frustrada a ambição de ser agente de negócios em um momento de crise. A empresa privada se hegemoniza e o bloco do poder parece mais sólido que nunca. Por um lado a estrutura é forte o suficiente para não impersonalizar a economia através da mão visível do Estado, por outro os mecanismos de racionalidade do assim chamado livre-mercado estão afetados como função do que se usa chamar a acumulação primitiva: a dispersão é a ordem da economia mundial no século que estamos por ver terminar.

O mercado financeiro não canaliza propriamente o investimento e o pequeno negócio se confronta desesperançosamente com as multinacionais. Se no centro do capitalismo mundial se dá o fenomeno desta clara calmaria, a periferia se vê de-vastada pela experiência do re-flexo: sistemático e dramático. Uma palavra em toda parte: inflação; um aviso mais agudo: fascismo. Vivemos como expectadores um duplo dilema, o fim da economia de mercado e a ameaça da bomba atômica.

Quando se acreditava que o livre mercado existiria sem barreiras legais ou fiscais neste momento criava-se a ideologia que agora necessita ser recriada. Quando se acreditava que o livre mercado era entidade, que a lei da oferta e procura regulava os interesses, os economistas clássicos afirmavam que não pressão. Ironia. A própria história escreve seu ponto de retorno; hoje é a inflação fenômeno desnudado, ocultando os destinos a que conduzem o seu desnudamento. E, quando os economistas modernos, como Galbraith, declaram de alto e bom tom que o livre mercado foi nada mais que um acordo, e que nunca os indivíduos racionais e independentes criaram a riqueza por eles mesmos, e, afirmam

a certeza do século dezenove, que, ao contrário, o conglomerado de indivíduos obrigados ao trabalho vendiam a riqueza e, mais, que o mercado era a própria ideologia da economia, ninguém tem mais medo de afirmar que conhecemos a crise sob qualquer disfarce com que ela se apresente. A questão que ora se coloca é todavia profunda; ou a estrutura está corroída na sua própria base, ou a superestrutura é enérgica o suficiente para inverter as relações de poder que levam a humanidade à

Os mitos diriam que não só a história tem seu ponto de retorno mas a própria geografia. E aí o escândalo se estabelece; o escândalo sincrético da luta do fraco com o oprimido. Da forma com o conteúdo; em uma palavra da disjunção. Trata-se a uma vez de um escândalo estético e de um aprendizado moral. Da disjunção entre as formas de fazer e as modalidades da imaginação.

Esse é o contexto que confere especificidade aos apelos de Barrington Moore Jr. sobre a

humana miséria.

Para Barrington Moore a his-tória tem sido desde seus primórdios o resultado do conflito entre os princípios opostos da organização social: a cidadeestado se opondo a monarquia burocrática da Grécia e Pérsia; ou o feudalismo ao absolutismo na Idade Média; ou, como agora, o conflito entre o capitalismo industrial avançado e as formas atrasadas de organização social, e não como se costuma postular, entre capitalismo por um lado e socialismo por outro. Para ele, teoria liberal não é uma invenção burguesa correspondendo de fato a uma formulação da nobreza um argumento que já havia desenvolvido no seu clássico, "Social Origins of Dictatorship and Democracy (Boston, 1966), e fundamentalmente seus valores são universais e não particulares. Ocasionalmente esses valores liberais coexistem com o industrialismo e o capitalismo, mas teoria e prática liberais são socialmente indeterminadas. Liberalismo representa esforços ção das necessidades humanas; representa impulsos de controle de abusos, e, como tal, pertencem a natureza anterior ao sistema que engendra, reforça, ou mesmo nega as condições de sua validade. Capitalismo não é o sistema de abusos por excelência, mas antes as políticas anti-revolucionárias o são. Rivalidade e competição provocam crueldade - como um exemplo de abuso - e isto não

será banido com o fim do capitalismo. Ao contrário, Capitalismo cria as condições da riqueza e a partir desta, as condições da abundância e destas condições surgem as possibilidades de igualdade. É reação e não propriedade que cria miséria.

O método em existência e o mais efetivo contra reação e miséria é o método da industrialização avançada, o problema do método é estender seus benefícios, é reproduzir a escala internacional, o livre-mercado que apesar de tudo é instrumento de coordenação das atividades de um largo número de indivíduos que podem atuar com racionalidade e sem coer-

A oposição entre o capitalismo industrial avançado e as formas atrasadas de organização social é em última instância resolvida através do ajustamento natural da industrialização

em todos os países. Formas políticas poderão en-tão variar. O objetivo será o de liberar a organização moderna dos atrasos anacrônicos; e dita-dura não é moderna ainda que algumas vezes possa ser peda-gógica. Marxismo não é nada mais que uma herança do liberalismo primitivo com vistas à modernização. Sendo portanto Liberalismo universal e não particular, Marxismo seria então benvindo para ajudar nas soluções da passagem do velho para o novo. O novo é a atualização do ideal; o ideal sendo o livre mercado, e atualização sendo a generalização desta experiência.

Concretamente Barrington Moore apela para que os mem-bros do livre-mercado em escala global participem com o mesmo quantum de força; para que as regras sejam comuns evitando desequilíbrios que ocorrem quando os movimentos são equivocados na arte da troca; para que haja garantias inter-nacionais nos limites de cada país para a atuação do outro; o autor conclama o acordo em vez do conflito. A alternativa por ele defendida é a favor ao mesmo tempo da mudança pacífica e da defesa dos valores liberais. Advoga a idéia do contrato ao níinternacional sobre uma nova ordem.

«O Néo-Liberalismo de Sir Barrington Moore, Jr.» Barrington Moore, Jr., «Reflections on The Causes of Human Misery and Upon Certain Proposals to Eliminate Them», Beacon Press, Boston, 1978.

NANCI BRIGAGÃO

CRITE: 13 a 19/10/1975

25

cm 1

23

24

UM SALÃO DO IMPÉRIO

Apesar da promessa da unificação dos salões oficiais, o MEC volta a oferecer o espetáculo lamentável do Salão de Belas Artes, certame que premia arte acedêmica. Em compensação a semana apresentou o lançamento de um livro reunindo ensaios e conferências de Frederico Morais sobre problemas atuais das artes plásticas entre nós.

Em primeiro lugar peçamos perdão aos leitores de Crítica pela impropriedade do assunto, que não deveria ser abordado numa coluna de artes plásticas, pois não é, absolutamente, de arte que se trata. Em seguida, que fique bem claro nosso desprazer pela contingência de descer a tão acaciano tema, pois em o fazendo elevamos a foros de discussão o próprio indiscutível. Trata-se do Salão Nacional de Belas Artes, curiosidade arqueológica para cuja mambembe apresentação o MEC abre seu salão de exposições anualmente, em obediência a uma lei "que já nasceu velha", como diz o crítico Jayme Maurício: a 1.512, que, promulgada em 1951, criou o equívoco de um salão de arte acadêmica paralelo a um salão de arte moderna.

Espirituosamente, aquele crítico afirmava, no parecer que exarou sobre o assunto, perante a Comissão Nacional de Artes Plásticas: "A política que levou à criação de dois salões obedientes a duas concepções de arte, já em 1951 poderia ter levado a uma fragmentação maior do conceito, com o estabelecimento de um Salão Nacional de Arte Figurativa, um Salão Nacional de Arte Expressionista – e assim por diante. No início da década de 70 teríamos pelo menos uns vinte salões distintos, se aquela política tivesse disso seguido à risca. Entre eles talvez devesse figurar até mesmo um Salão Nacional de Antiarte..."

Se este último não chegou a ser montado pelo novorichismo oficial, dentro dos padrões dos teóricos da antiarte, pelo menos no terreno dos resultados, o que ali temos (evidentemente não pelos caminhos propostos por aqua a vanguarda) é a mais autêntica an te, guardada a maior fidelidade semántica ao termo.

Retratos de senhoras com luluzinhos da Pomerânia, faces meio escondidas na penumbra dos leques e dos chapéus, novelos de lã no regaço, cavalheiros de olhos em alvo do alto de suas numerosas condecorações (há um soberbo retrato do antigo reitor Pedro Calmon, "comme il faut") dão ao visitante a impressão de, a bordo da máquina do tempo de Wells, ter regressado aos idos do segundo reinado. Dos contínuos do ministério espera-se a qualquer momento que revistam suas librés com as cores imperiais e brotem salões adentro sustendo bandejas de fino lavor, com copos de aluá e capilé para arrefecer a soalheira.

Barcos abandonados no cais do lugarcomum; lenços de adeus contra horizontes de banalidade; bucolismos verdejantes de pinturas de escadarias do Municipal; truques exaustos de têmpera sobre óleo fervido; naturezas mortas de frutas cansadas ("honi soit qui mal y pense"); índias, de seios à mostra e providenciais paninhos no púbis, velando estrategicamente o pundonor das famílias; andaluzas, napolitanas, pescadores, pretos ve-lhos, órfãos desvalidos, casas em ruínas, todo o lugar-comum da falta de imaginação, toda a inconsequência de um mal informado amadorismo, toda a bisonhice de uma arte masturbatória, alienada e esteticamente reacionária é o que volta a oferecer o Salão de Belas Artes.

Há exceções e elas ficam quase todas na área da gravura e da escultura; não chegam a ser tão numerosas nem tampouco brilhantes a ponto de justificarem o dispêndio do dinheiro do contribuinte na oficialização de semelhante equívoco. Se o Salão de Arte Moderna vem perdendo gradativamente sua seriedade pela inadequação às exigências do momento estético de várias de suas disposições estatutárias, o que se há de dizer dessa antediluviana coisa? Todos sabem que

há estudos no sentido de enterrar essa ambígua promoção (morta ela já está, de muito tempo) mas ninguém ignora a força – sub-reptícia, ilegítima e abusiva – de uns quantos figurões que jogam seu prestígio no sentido de pressionar os altos escalões ministeriais em favor de sua continuidade.

Continuidade que representa, em termos de lesão no erário, um desperdício nada inteligente e até prejudicial à imagem do governo federal, ao que se diz, empenhado em melhorar seu perfil junto à intelligentsia. Principalmente quando artistas contemplados com o Prêmio de Viagem ao Exterior oferecido pelo Salão de Arte Moderna, sabidamente passam necessidades na Europa e nos Estados Unidos, interrompendo até o gozo do prêmio, como os recentes casos de Haroldo Barroso e Píndaro Castelo Branco ou tendo que se ocupar em empregos comuns, para garantir a sobrevivência, com prejuízo da finalidade do prêmio, como Regina Vater.

Ainda em termos de por em causa o discernimento dos altos agentes governamentais, é incalculável o desgaste que atinge o governo, mais precisamente o Ministério da Educação e Cultura (o

grifo é necessário, quando menos, a guisa de lembrete) quando o órgão público que seria teoricamente o mais enfronhado nos negócios culturais não veclaro o bastante para encerrar esse capítulo de desserviço à cultura nacional. Sim, porque o que está em jogo não é o direito que a arte acadêmica tem ou não de existir; essa seria uma discussão teórica necessariamente travada ao nível da estética... Se alguém dotado de alguma credibilidade cultural ainda aceitasse a controvérsia arte acadêmica versus arte moderna.

O que se nega é a sensatez de, em meio à década de setenta, quando em tão imaginativas, audaciosas e desafiadoras opções as artes visuais se resolvem e se buscam, não apenas em termos de países cultos, como mesmo dentro dos nossos parâmetros domésticos, manter em funcionamento essa mostra anual que nada diz, a nada leva e em nada acrescenta o nosso panorama cultural.

O mestre de sempre

Lançado pela Paz e Terra, o livro de Frederico Morais «Artes Plásticas – A Crise da Hora Atual» é uma contribuição de ótimo nível ao debate estético da atualidade brasileira. Como não poderia deixar de ocorrer, em se tratando de uma das mais autorizadas vozes da crítica de artes visuais, aí temos a problemática dessa área examinada em profundidade, através de uma coletânea de artigos e conferências do autor, enfeixadas num depoimento de indispensável leitura aos que desejem um exame mais detido das questões que dividem os estetas, pelo menos em dimensões de Brasil.

Numa atitude indagadora, Frederico vai aos porquês de certos impasses da arte contemporânea, trazendo-o para debaixo do foco sociológico, única posição em que seus prós e contras podem ser examinados até o encontro de respostas convincentes. Capítulos como "O público: O exercício da liberdade" ou "O artista e a cultura de massa" e principalmente "A crise da vanguarda no Brasil" não apenas constituem documentos do maior valor para um levantamento futuro das grandes questões que estamos vivendo, como são, por si sós, aberturas de uma penetrante clarividência sobre esse intrincado labirinto de causas e efeitos de cujos meandros nos damos melhor conta depois de sua leitura. É portanto, um livro definitivo, na medida em que é definidor: corajoso e denunciador sem ser panfletário; esclarecedor e preciso sem ser pedante. Suas colocações não se apoiam numa "metafísica da arte" tão cara aos pontífices disponíveis e muito menos, no plano formal, vestem aquele jargão para iniciados que, lamentavelmente, é o pecado mais comum dos livros de teoria estética. Uma amostra, o parágrafo final do capítulo "A obra: como apalpá-la, vestí-la, cheirá-la- e devorá-la. E vê-la também'

"Entendendo que organizar a compreensão é criar condições para que todos possam exercitar sua liberdade criadora, treinar continuamente sua percepção. Pois a arte tem por objetivo ativar todos os sentidos do homem, criando-lhe condições para melhor captar e perceber seu ambiente, ou mesmo antecipar os novos ambientes. Trata-se, portanto, de um problema de ordem geral. Melhor, uma questão de mentalidade geral, de cada indivíduo, de cada professor, crítico ou artista, das instituições culturais. É problema de governo".

Colocação que, válida em si, ganha mais oportunidade quando o poder público promove, na dita capital cultural do País, na década de 70, um Salão Nacional de Belas Artes, por exemplo.

RUY SAMPAIO



Frederico Morais:
uma
interpretação do
momento
estético
brasileiro e
suas
implicações
políticas,
econômicas e
sociais.

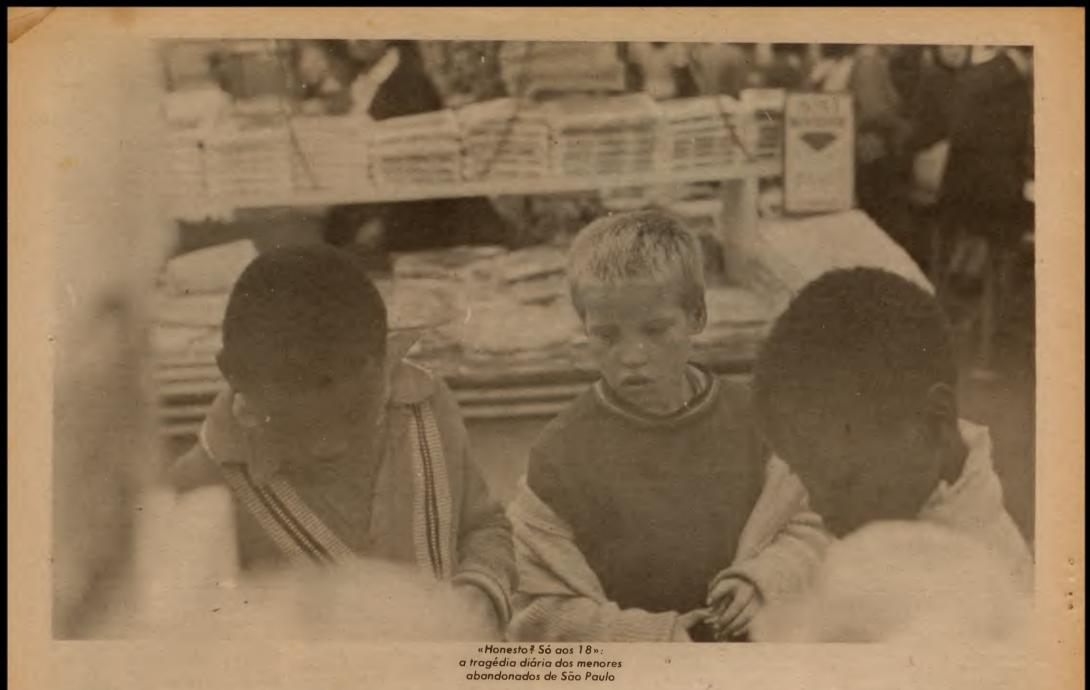
RIO COR - TEL: (021) 227-0020

PRONTO SOCORRO CARDIOLÓGICO

Centro de Tratamento Intensivo – Grupos especializados e o melhor equipamento Resp. Dr. Mário Anache (5.278) – Dr. Raymundo Dias Carneiro (4.584).

Rua Farme de Amoedo, 86, Ipanema – Rio de Janeiro

CRIFICA 3 a 19/10/1975



ENTREVISTA

O CAOS URBANO EM 16 MM

Surge um novo cineasta, Ricardo Lua, autor de um documentário em longa-metragem sobre a marginalidade infantil, em São Paulo, focalizando especialmente a ação (e a alienação a respeito desta) dos "trombadinhas" na capital paulista.

É importante octar que «Honesto? Só aos 18» – este o nome do filme – foi rodado e permanece em 16mm, assim como A\$suntina das Amerikas (Luiz Rosemberg), Monstro das Caraíbas (Julio Bressane), Meios de Produção (Andrea Tonaoci), Rei da Vela (Martinez Correa). Passe Livre (Oswaldo Caldeira), Suspiro ao Amanhecer (Rose Lacreta). O Câncer (Glauber Rocha), todos longa-metragens marginalizados naquela bitola. (Nessa hora, em que todo o incentivo deveria ser dado ao 16mm, o JB promove um festival de curtametragem só aceitando filmes em 35mm...)

JBL - Que tipo de abordagem você utilizou nalidade infantil?

RL - Primeiro era preciso saber o que dizer diante do tema, para quem dizer, e como dizer. Ao me aproximar destes meninos sofridos e famintos eu me deparei com um estado de miséria que nenhum ato ufanista consegue sufocar. A realidade, o real é cru e duro para estes meninos. Não são os tipos "marginais" mostrados pelo cinema de ontem e de hoje. A marginalidade ali, é um manual de sobrevi-vencia Não tem alegras, e não faz rir na sua medida de ação. O dinheiro roubado é a comida no prato de uma família de muitos filhos. E não há dúvida que este processo





marginal de sobrevivência demonstra o potencial de transformação que existe para o Brasil. Isso pra não dizer que este estado de miséria latente é um contraste terrível pelo que é dito nos meios de informação.

JBL - O que vem a ser exatamente o significado da palavra "trombadinha", que pelo que penso, é algo diretamente relacionado a São Paulo?

RL - "Trombadinha" é o outro lado da parafernália do "desenvolvimento". É uma ação irracional para sobrevivência na selva desenvolvimentista do nada. Mas "trombadi-nha" é exatamente isso: uma pessoa desce do táxi contando dinheiro, vem um menino por trás esbarra no fulano que perde o equilíbrio, vem um outro menino correndo e lhe leva a carteira, o dinheiro e a moral. O dinheiro e dividid contro correndo e la carteira de carte dividido entre outros e em seguida voltam a

JBL - E a polícia não tem um método de ação para reprimir tais manifestações?

RL – Ter tem, mas os resultados são sempre paralelos. E são paralelos por que a miséria é mais dolorosa que a repressão. Há alguns meses a polícia recolheu centenas de menores das ruas de São Paulo, levou-os a Camanducaia, uma cidade no sul de Minas, e soltou-os aus no maio da rua Como sul de Minas, e soltou-os sus no maio da rua Como sol de Minas, e soltou-os nus, no meio da rua. Como se vê por parte das autoridades é uma medida de desespero, mas que não soluciona os problemas, uma vez que a miséria permanece, intocável. E sempre uma ação trombadinha é consequência deste nosso estado de miserabilismo.

JBL - São Paulo, no seu processo de alienação global, está claro neste teu primeiro lon-ga-metragem?

RL – Depois de um distanciamento de alguns anos, volto a São Paulo e não vi nada de novo. Tudo que está sendo feito é velho, de novo. Tudo que está sendo feito é velho, sem sentido e alienante. Fora a Loteria Esportiva o que tá "valendo" no mesmo plano de alienação é o tal de "Baú da Felicidade". A massa como sempre é iludida com os Sílvio's Santos da vida. As TV'S propagando o vazio com objetivo ideológico. E o cinema (se é que se pode chamar isso de cinema) apela desesperadamente para todo tipo de desrespeito ao homem brasileiro, transformando a mulher num objeto sexual sem o menor valor. São Paulo com a sua deformação não se modificou Paulo com a sua deformação não se modificou nada. Está sofrendo a alguns anos de paralisia

CRITKA 13 a 19/10/1975

mental. E esta anormalidade toda está neste meu documentário sobre os "trombadinhas".

JBL - Como é que você vê esta relação entre o documentário e a ficção?

RL - Não acho que deva haver uma rigidez na escolha de um caminho para o processo criativo. Meu primeiro trabalho é um docu-mentário, mas é também diretamente ligado à ficção. O importante é diferenciar o que é documentário do que é reportagem. A maioria das pessoas faz reportagens e diz estar fazendo documentário. Mas veja, «O Bandido Giuliano» é um filme épico de ficção que usa toda metodologia narrativa do documentário. E, ainda é um dos grandes momentos do cinema. Esta briga relacionada à ficção ou ao documentário está muito ligada ao vazio cultural do Brasil.

JBL - Na tua opinião, existe uma saída pra o 16mm no Brasil?

RL – Hoje em toda Europa só se filma em 16mm. Godard, Rivette, Straub e outros só trabalham em 16mm. Isso porque é mais barato e você tem mais mobilidade num determinado campo de ação. No Brasil se passa exatamente o contrário. Sem termos uma cultura própria estamos que em do importar cultura própria, estamos querendo importar uma Hollywood para satisfazer a dois ou três produtores retardados. Retardados pois pensam em cinema a partir das coordenadas do grande espetáculo. E ninguém me prova que um grande espetáculo (que por ser espetáculo tem que ser vazio) seja mais vigoroso que uma lição de história de Godard.

JBL - Para você o que é espectador?

RL - Resumindo: pra mim o espectador é o sentido ideológico do filme. Por mais que você queira desenvolver uma análise política em cima de certos filmes como por exemplo «Passe Livre», pra mim ele só é verdadeiramente político se vier a ser passado nos clubes de futebol. Evidentemente ele tem que ser mostrado a todos, mas o seu valor político se relaciona diretamente ao processo de escravi-zação no esporte. Já o meu trabalho não é dirigido aos marginais. Eu procuro mostar a todos que tipo de alienação eles sustentam em não querer ver o que está diante dos olhos. O ideal em São Paulo, seria filmar "O Baú da Felicidade" e mostrar o nível de alienação de quem compra. O espectador deve atingir as idéias do filme de um modo crítico e distancia-

JBL - Que tipo de crítica você faria às pornochanchadas?

RL – Em síntese é a ideologia do sistema cultural. É sempre superficial e proçura defor-mar ainda mais as frustrações do espectador. Todo seu processamento é criminoso e é o germe da violência que o indivíduo acumula na sua relação com o cotidiano. O espectador é esvaziado por todos os poros com o objetivo de ser transformado num animal irracional. Mas se a pornochanchada é o que é permitido fazer, fora os desfiles de escolas de samba e os filmes históricos, o negócio é trabalhar com o objetivo de esvaziar o próprio filme alienante. muito mais difícil, mas fácil não existe nada preciso saber contornar o estado de entorpecimento e do nada criar o primeiro movi-

JBL – Como é que você encara esta crise ideológica entre o puro espetáculo de um "filme" como «A Estrela Sobe» e a narrativa distanciada de uma metodologia científica?

RL - O espetáculo é tóxico, é morfina no cérebro, é alienação ideológica enlatada. Você vai ao cinema e sai sem nada. Passa duas horas numa sala, mas poderia estar na praia, na lama ou num cemitério. Pra mim o espetáculo é a própria morte em vida. Dificilmente você vê um espetáculo de vanguarda. E no Brasil o esquema de espetáculo cinematográfico é imitar a burrificação das televisões, mais especificamente das novelas. Estamos vivendo na civilização das novelas. Já a narrativa científica é oposta a toda proposição alienan-te. O processo científico interfere na tua própria relação de trabalho te questionando permanentemente. O filme vai ser realmente filme, na medida que você tá interferindo no comportamento da equipe, em você mesmo e no próprio filme. O resultado poderá ser A, B ou C – mas você terá sempre um resultado analítico. Chego mesmo a achar que o cinema de amanha há de ser um questionamento não só da realidade como do próprio cinema.

Entrevista concedida a

JOÃO BATISTA LANARI





Lygia Pape (Rio): 'A mão do povo'', bitola 16mm

Rogério Correa (São Paulo): "Roça Comunitária" bitola 16mm

FESTIVAL

FALTA DINHEIRO, NÃO TALENTO

Foi realizada em Salvador de 2 a 14 de setembro próximo passado a IV Jornada Brasileira de Curta-Metragem, mostra competitiva nas bitolas super-8, 16 e 35 mm. Participaram 72 filmes selecionados (33 super-8, 22 em 16 mm e 17 em 35 mm) de diversas regiões do país. Os Estados com maior número de participantes nas três bitolas foram Rio de Janeiro e Bahia, seguidos de longe por São Paulo e mais embaixo ainda por Paraná, Pernambuco e Parafba (também estiveram presentes concorrentes (também estiveram presentes concorrentes de Minas Gerais, Alagoas e Brasília). Ao analisar-se mais atentamente as três catego-rias de filmes, podemos notar que a Bahia foi absoluta no super-8 com mais da metade de todos os classificados; São Paulo na catego-ria 16 mm; e o Rio de Janeiro nos 35 mm, também com mais da metade dos concorren-tes classificados. tes classificados.

tes classificados.

Entre os filmes exibidos em Salvador houve obras de anônimos desconhecidos, assim como iniciantes (vide os super-8 de Maria Esther Stockler e José Agripino de Paula sobre suas viagens à África Ocidental, ou o 16 mm de Ilya Flaherty São Paulo adolescente filho do cineasta Olney São Paulo) ao lado de profissionais conhecidos (Lygia Pape, Rudá de Andrade, Eduardo Escorel, Fernando Campos, Rui Polanah) e mesmo alguns muito famosos (o mestre Humberto Mauro, Carlos Diegues, Fernando Sabino).

Muito bom, dada a impossibilidade de ir a

Muito bom, dada a impossibilidade de ir a Salvador, assistir a mostra, depois comentar Salvador, assistir à mostra, depois comentar todos os filmes, restou à maioria dos cariocas a possibilidade de assistir a uma exibição dos principais premiados na Cinemateca do MAM. Desta seleção não estiveram presentes "Fetichismo no Sul do Daomé", "Timbuctu e Mopti" e "Mãe-de-Santō Djatassi" de Maria Esther Stockler e José Agripino, "Agreste" de Robinson Barreto (Super-8); "Noel Nutels" de Marco Antônio Altberg (16 mm); "Cinema Íris" de Carlos Diegues, "Veredas de Minas" (sobre Guimarães Rosa) e "Na Casa do Rio Vermelho" de Fernando Sabino, "Antes Que Tudo se Acabe" do moçambicano Ruy Polanah. "Relação da Visita" de Eduardo Escorel – que seja por referências elogiosas, como por seu tema e/ou responsáveis parecem ser (pelo menos) interessantes. interessantes.

Dos três filmes 35 mm premiados, um pelo menos é muito fraco. Trata-se de "Encontro de Folclore" de Vito Diniz, documentário de propaganda decepcionante num diretor que destacou-se na categoria super-8. "Teatro Brasileiro" de Olney São Paulo dividiu-se em duas partes e pretende retratar a história do teatro. teatro nacional. A primeira parte (que compreende "Os Comediantes", "O Teatro do Estudante" e o TBC) é interessante e informativa. A segunda, que abrange o teatro brasileiro contemporâneo, é bem inferior e possui falhas imperdoáveis (a respeito de e possui falhas imperdoáveis (a respeito de grupos Arena, Opinião, mas principalmente

10

11

12

do mais importante de todos, o Oficina). Não são também focalizados nem o teatro de revista, nem o teatro amador, nem o teatro infantil, nem o teatro estudantil nem o teatro-operário, nem dita uma só palavra sobre o extinto Teatro Experimental do

sobre o extinto Teatro Experimental do Negro.

Uma menção especial merece evidentemente "Carros de Boi", o mais recente filme de Humberto Mauro. Em determinados momentos quase uma refilmagem, plano por plano, da segunda parte de "Manhã na Roça"-1954 (da série "Brasilianas" do mesmo diretor) é um documentário ao mesmo tempo didático, poético e nostálgico sobre o carro de boi. No seu cinquentenário de cineasta, Humberto Mauro utiliza pela primeira vez a cor, e como ele é sabidamente quem melhor captou visualmente o interior quem melhor captou visualmente o interior brasileiro, o filme também é, entre outras coisas, uma seqüência de imagens de incrível beleza plástica.

vel beleza plástica.

Na categoria 16 mm foram apresentadas coisas interessantes, como "As Phylarmonicas" do baiano Agnaldo Azevedo (sobre as bandas das cidades do interior), "A Mão do Povo" de Lygia Pape (sobre o artesanato popular e sua transformação em Kitch). "O Ultimo Coronel" do paraibano Machado Bittencourt não é sistemático e por isso não aproveita integralmente seu tema interessante, o mesmo acontecendo de certa maneiaproveita integralmente seu tema interessante, o mesmo acontecendo de certa maneira também com "Parafba de Obra" de Alberto Barcellos: ambos ficam um pouco além do que poderiam ter sido. Os melhores foram sem dúvida o desenho animado baiano "Pedro Piedra" de Francisco Liberato de Mattos e "Roças Comunitárias" de Rogério Correa, feito por uma turma da USP no interior do Maranhão. Mesmo faltando-lhe um certo didatismo necessário a dar ordem ao material filmado, este último filme (especialmente na primeira parte) apresenta interessantíssimos dados sociológicos, econômicos e políticos.

políticos. Os filmes super-8 mostraram surpre endente nível técnico, alguns nada ficando a dever aos de 16 mm. A bitola super-8 foi também a que apresentou o maior número de obras interessantes, o que reforça a velha tese de que o que falta é dinheiro, não talento. "Gran Circo Internacional" de Vito Diriz 6 'Gran Circo Internacional" de Vito Diniz é um patético documentário sobre um circo na tos de real impacto cinematográfico. "Cajaítos de real impacto cinematogranico. Cajarba" (também baiano) de Sérgio Hage Fialho é sobre um escultor do mesmo nome residente em Vitória da Conquista, autor de impressionantes figuras de pedra representando personalidades vivas ou mortas manifestadas em sua regidência como am um fantés. tidas em sua residência como em um fantás-tico museu. "Anjanil" (outro baiano) de Juracy Dórea focaliza o artesanato popular de Feira de Santana: é interessante e alcança bem seu objetivo. "Rio de Janeiro RJ" de Regina Helena Machado é outro ao qual

falta sistemática: a interessante mensagem da cineasta contra a ora em curso destrui-ção da cidade do Rio de Janeiro tal como é ção da cidade do Rio de Janeiro tal como é perpretada pelos seus governantes sob o olhar passivo de toda população, teria sido mais convincente com mais simplicidade. Finalmente outro filme carioca, "Um Breve Mergulho" de Edilson da Silva Plá parece ser um dos filmes esotéricos tão caros a cineastas iniciantes no terreno da ficção: o hermetismo é tanto que o espectador não consegue interessar-se pelas sequências — e restam apenas imagens exacerbadas que lembram um pouco o cinema de José Mojica Marins, sem a sua consistência. Marins, sem a sua consistência.

Dos 17 filmes exibidos na Cinemateca do

MAM, apenas cinco tem um nível realmente bom. Três são baianos ("Pedro Piedra" 16 mm, "Gran Circo Internacional" e "Cajafba" – super-8), um paulista ("Roças Comunitárias" – 16 mm) e um carioca ("Carros de Boi" de Humberto Mauro).

O projeto do deputado

Foi divulgada a notícia de que o deputado federal Aurélio Campos, do MDB paulista, pretende modificar o projetó que funde o INC e a Embrafilmes, propondo que todos os filmes sejam classificados em categorias e apenas as categorias A, B e C recebam o certificado de "boa qualidade", e portanto o direito a exibição obrigatória.

Várias perguntas ficam no ar. Quem classificaria os filmes nas categorias A, B, C etc.? Quais seriam os critérios usados? Se Glauber Rocha fizesse um filme fora de foco, receberia o certificado de "boa qualidade"? Um filme de grande orçamento e baixíssima qualidade artística receberia o certificado A? E um filme de Mojica Marins, a que classe pertenceria? E um filme regional, digamos, do Acre, que seria provavelmente de baixo nível técnico – receberia o tal certificado? E o Mazzaroppi, a qual categoria pertence? E o Jece Valadão? E o Neville de Almeida? E o interessante documentário longa-metragem de Tânia Quaresma sobre música nordestina?

O problema da baixa qualidade da produ-O problema da baixa qualidade da produção cinematográfica brasileira não pode ser resolvido por decretos ou leis apenas. O deputado Aurélio Campos parece ter perdido uma boa ocasião de ficar calado.

Uma das poucas medidas exequíveis que podem melhorar um pouco o cinema brasileiro seria a Embragilmos oversendos o finales.

podem melhorar um pouco o cinema brasi-leiro seria a Embrafilmes suspender o finan-ciamento parcial que oferece a muitas pro-duções de baixa qualidade. Não se pode impedir nenhum produtor de financiar o filme que bem entender, e aqui pra nós, o Estado não deveria desgastar-se impedindo Estado nao deveria desgastar-se impedindo que nenhum filme fosse exibido. Agora o Estado não deve financiar produções classe-Z ou auxiliar produtores que não precisam de auxflio (vide TV-Globo), enquanto abandona filmes interessantes, que igualmente co-produziu, sem distribuição a altura (vide "Ubirajara" de André Luiz de Oliveira e outros).

O maldito certificado de "boa qualidade" deve ser abolido. Lembramos aqui que fil-mes como "Amor, Carnaval e Sonhos" (ex-"Ela Só Dá Bandeira") – 1972, de Paulo César Saraceni e "O Rei do Baralho" – 1973, de Júlio Bressane tiveram a princípio recusade Júlio Bressane tiveram a principio recusa-dos o dito certificado, só o conseguindo depois de muita briga e aborrecimento. Cen-sura estética precedendo a censura de Brasf-lia. Imoral, e entre outras coisas, parece que também ilegal. Todo filme brasileiro (seja qual for) tem o direito de ser exibido pelo menos no Brasil. Já existem problemas de-masiados na exibição e na censura, para que o INC e a Embrafilmes ainda venham atrapalhar mais.

JOÃO CARLOS RODRIGUES

CRITCA 13 a 19/10/1975

cm

21



Glauce Rocha: "era um mar e era uma ilha. Era os dois elementos, indivisíveis. Sozinha. Alone. Verde e pedra' (B. de Paiva)

A ATRIZ QUE RECUSOU O **ESTRELATO**

"O desaparecimento de Glauce, aos 38 anos, tem algo de particularmente chocante e escandaloso, talvez por sentirmos que aquilo que ela ainda tinha para nos dar, era bem mais do que o muito que já nos dera". (Yan Michalski-Jornal do Brasil-15-10-71)

No dia 12 de outubro de 1971, uma plateia alegre fazia filas na porta do Teatro Ipanema no Rio. A peça que estreava naquela noite ficaria exatamente um ano em cartaz - o último dos sucessos produzidos pelo grupo coman-dado por Ivã de Albuquerque. Mas a estreia da peça «Hoje é Dia de Rock», de José Vicente, aconteceu num clima de tristeza: todos choravam a morte de Glauce Elde Ilgenfritz Correa de Araujo

A 4 anos da morte de Glauce Rocha, chegamos a uma conclusão: sua luta, seu amor pelo teatro, se não foi recompensado em vida, criou toda uma nova geração que tem em Glauce um modelo. la escola de teatro mantida pela FE-FIEG (Federação das Faculdades Federais Isoladas do Estado da Guanabara) existe uma "Sala" dedicada à atriz. E a luta pela criação do "Museu Glauce Rocha" é uma constante.

Teatro é vida, vida é teatro

Nascida em Mato Grosso, a 16 de agosto de 1933. Glauce estreou em teatro no ano de 1952, sob a orientação de Paschoal Carlos Magno, no Teatro Duse, que funcionava na casa do diplomata em Santa Teresa. Como profissional participou de mais de 30 peças e 21 filmes. Sua ultima exibição foi na peça «A Ponte Sobre o Pântano» no Teatro Opiniãodo Rio, em maio de 1971. Depois desse trabalho, Glauce não mais voltaria ao

A crise provocada pela censura, fechando as portas de teatros que tinham um compromisso com a cultura nacional, levou Glauce à televisão, em São Paulo. Ali morreu no dia 12 de outubro, sem chegar a receber o Prêmio Molière, concedido por unanimidade, pelo seu trabalho em «Um Uisque Para o Rei

Como atriz e mulher de teatro, estava sempre um passo à frente das chamadas "estrelas" do teatro brasileiro. Glauce Rocha tinha, além do talento, garra em tudo que fazia e uma profunda consciên-cia do papel social do artista. Vivendo momentos difíceis, num período em que todos tivemos poucos momentos fáceis, Glauce nunca descuidou de sua luta Para ela a própria vida era um grande teatro e sendo assim o teatro devia ser um espelho, uma fotografia, mas nunc uma caricatura da vida.

Seu papel de líder não foi outorgado por ninguém: sua consciência profissional levou-a à trincheira da guerra por uma arte compromissada apenas com o público e com a realidade. Hoje, quatro anos depois, o panorama do teatro nacional mostra que Glauce está fazendo muita falta: a "classe" teatral só se manifestou recentemente, uma vez. Ouando Plínio Marcos fica inativo, a classe não se manifesta. Quando um



"Beata Maria do Egito" uma grande atriz com uma enorme carga de emoção

texto da maior inteligência, que traz para o palco um episódio de nossa história foi proibido, resultando num prejuízo de mais de Cr\$ 200 mil para Chico Buar-que Rui Guerra e Fernando Torres, ninguém se manifestou. Se Glauce ainda estivesse viva, talvez a coisa fosse diferente. Pelo menos em conversa, ela protestaria, e seu exemplo poderia vingar. Não seria preciso a proibição da novela «Roque Santeiro» para que a classe teatral fosse ao Palácio do Planalto levar ao chefe do Governo sua apreensão. Mas isto já é História.

No reino das gaiolas das loucas, dos desfiles de modas da veneranda senhora Tônia Carrero, das elocubrações supostamente inteligentes de Camila Amado el das superproduções do Cecil B. de Mille da praia do Russel (Flávio Rangel), o teatro nacional vai muito mal, obrigado. O Teatro Ipanema está fechado: seus fundadores, depois do fracasso comercial da peça «Ensaio Selvagem», estão alugando a sala. No Serviço Nacional de Teatro, está um representante dos proprietários de teatro, e não um ator, um teatrólogo, ou mesmo um contra-regra. Orlando Miranda, hoje posando de mecenas, ocupa indevidamente a cadeira que deveria ter sido ocupada por Glauce

Nesta semana do 4º aniversário da morte de Glauce, o silêncio em torno dela é o mesmo de sempre. Ano passado nenhum jornal registrou a data: não fosse a matéria "Três anos sem Glauce" publicada em Crítica, e o silêncio seria total. Este ano, felizmente, a coisa mudou um pouco.

O teatrólogo B. de Paiva "achou" (a expressão é esta mesma) nos porões da escola de teatro uma fita com uma peça escola de teatro uma fita com uma peça (monólogo) gravada durante a última viagem de Glauce a Portugal. Lutando para preservar a memória e o trabalho de Glauce, Paiva movimentou-se e conseguiu editar a fita em disco. O disco foi gravado pela Tape-Car e é uma peça da maior importância. Pena que, por ser a escola de teatro entidade cultural não escola de teatro entidade cultural, não seja permitida a venda do disco. Uma dessas mancadas burocráticas que seria superada com um mínimo de boa-vontade do ministro Nei Braga.

Filmografia «Aventura no Rio» (México) – 1953; «Rua Sem Sol» (1954); «Rio, 40 Gráus» (1955), «O Noivo da Girafa» (1957); (1955), «O Noivo da Girafa» (1957); «Traficantes do Crime» (1958); «Um Caso de Polícia» (1959); «Mulheres & Milhões» (1961); «Os Cafajestes» (1962); «Cinco Vezes Favela» (episódio «Pedreira de São Diogo» (1962); «Hojemaje a la Hora de la Siesta» (Argentina) – 1963; «Sol Sobre a Lama» (1963); «O Beijo» (1965); «A Derrota» (1965); «Terra em Transe» (1967); «Na Mira do Assassino» (1968); «Jardim de Guerra» (1968); «Tempo de Violência» (1969); «Incrível, Fantástico, Extraordinário» (1969); «Navalha na Carne» (1969); «Um Homem valha na Carne» (1969); «Um Homem sem Importância» (1970); «O Dia Marcado» (1971).

Glauce morreu quando estava no pi-que da maturidade. Perto do pulo decisivo. Sua carreira tão friamente interrompida continua na memória de homens como B. de Paiva, dos alunos da escola de teatro. Pena que o "Teatro Glauce Rocha" não mais exista: uma sala pequena, desconfortável, em Botafogo, e

que hoje está fechada. Não importa: sem ser uma estrela, Glauce foi uma artista. Seus filmes estão aí. O disco com sua voz também. Em nossa memória Glauce Rocha está viva. Mulher. Brasileira. Artista. O dia 12 de outubro não deve ser um dia de tristes lembranças: Glauce não gostaria disso. Que todos continuem lutando a luta do todo-dia. Como Glauce sempre fez, com a maior dignidade. Em vida Glauce sempre recebeu menos do que deu. Agora é o momento, ainda que tardio, da recompensa: em cada lugar onde se faça teatro, a presença de Glauce é mais que uma lembrança, um desafio. O mesmo desafio que leva uma Marsia Pera a montar um espetáculo sério e não desanimar com o fracasso comercial. O mesmo desafio que leva tantos jovens a buscar um lugar no rol dos atores. Uma profissão ainda não reconhecida. A melhor homenagem a Glauce seria a regulamentação de sua profissão e a suspensão da censura.

ANTONIO OSÉAS

CRITK . 13 a 19/10/1975

cm

O CHORO



Juca, Ovidio, Betinha, Walter Paixão, Ruy Quaresma, Tom Botelho e Alceu: gente jovem dando força ao chorinho

Choro: música popular de andamento rápido, em que um instrumento faz o solo e os outros o acompanhamento (1). Ato de chorar, lamentação, pranto(2). Conjunto instrumental constante

de flauta, violão, cavaquinho, pandeiro e reco-reco (3). "Novo Dicionário Brasileiro", pág. 741.

Quando Beth Carvalho decidiu organizar um conjunto que a acompanhasse em suas apresentações pelo Brasil, não imaginou que o Fina Flor do Samba iria iniciar uma espécie de movimento para trazer o chorinho de volta. É que nesse conjunto - tão jovem na idade, tão sábio na maneira de tocar o coração de quem sente e sabe as emoções do chorinho - cada um tem sua tarefa executada através de um instrumento. O conjunto tem sete nomes e sete sorrisos distribuídos entre Bethinha (flauta), Ruy Quaresma (violão), Alceu (cavaquinho), Toni Botelho (contra-baixo acústico), Juca (surdo ganza), Ovídio (tamborim, reco-reco, cuíca) e Walter Paixão (pandeiro).

A apresentação do Fina Flor na Casa

A apresentação do Fina Flor na Casa Grande arrancou muita palma de quem estava quieto e obrigou ao sorriso a geração do choro que, aliás, não é uma geração medida pelo tempo dos anos, mas pelo tempo de qualquer um que sinta aquele dolorido suave ao ouvir Canhoto ou Pixinguinha. Assim, um minuto de silêncio porque o choro está voltando e decta vez para ficar. voltando e desta vez para ficar.

Quando a Beth me pediu pra formar o conjunto, nos reunimos e decidimos colocar três ritmistas, surdo, pandeiro, violão, cavaquinho, contra-baixo e flauta. A finalidade do conjunto era acompanhar a Beth, uma coisa assim, imprevista, decidida entre muita batida de limão. Ela pediu: "Vocês querem tocar?". E aí a gente tocou um choro, explicam Ruy e Bethinha.

Ruy Quaresma é filho de músico e autor dos arranjos e de um chorinho que será gravado por Beth Carvalho. Beth Dias, da flauta, é filha da maior flautista do Brasil, Marie Odete Dias, da Sinfônica, e cresceu num ambiente musical que lhe permite acertar com segurança o gênero popular. Botelho largou os estudos e se entregou ao contra-baixo acústico (a historinhaflash dos outros quatro não foi possível porque eles estavam ensaiando duran-

te a entrevista). Mas o que poderia parecer um quadro perfeito do conjunto é rasgado muitas vezes pelo cansaço das viagens, a dureza dos ensaios, o dinheiro curto e as mil perguntas aflitas de quem é tão jovem para uma responsabilidade grande, a de ser músico, e impor um gênero antigo de uma maneira nova.

- O fato é que, por sermos jovens, recebemos muitas influências. O choro ficou conhecido como a música de gente velha por causa de sua imagem. Foi acabando aos poucos e as pessoas que o praticavam há 50 anos são as mesmas que continuam tocando hoje. Mas acho que a gente pode modificar esta situação, diz Beth.

Assim mesmo, o Clube do Chorinho, criado recentemente, promete lutar por essa mudança. Funcionando dentro do esquema sócio/proposta, vai permitir a participação de quem quiser e gostar, em todas suas reuniões, sábados à meia-noite, no Casa Grande. Seu presidente é Mozart Araújo e integram a diretoria Copinha, Juarez Barroso, Sergio Cabral, Paulinho da Viola, Gaya, Orlando Silveira e Albino Pinheiro.

 Todo mundo gosta de choro, existe uma cultura do chorinho. A descontinuidade talvez tenha sido pelo fato de ser muito tradicional, quer dizer, se não tiver as três partes não é um chorinho clássico. A maneira de executar também. O pessoal era incapaz de fazer a coisa de um jeito diferente, especial. Passamos a estudar o choristica de corigens, harmonia. Cantamos o nho, origens, harmonia. Captamos o básico e começamos a colocar coisas nossas, coisas novas nos arranjos, acrescentam Ruy e Botelho.

- E a Beth Carvalho também ajuda.

Ela é uma pessoa muito legal, a gente tá muito ligado nela, por todos os motivos. Ela nos dá muita fôrça e acredita na gente. Tudo no grupo é feito de comum acordo. O nome do conjunto, inclusive, tem uma origem engraçada. A Teresa Aragão tinha feito o espetáculo Fina Flor do Samba mas não chegou a registrar. Acabou nos cedendo o nome e é com ele que a gente vai continuar. Chorinho é importante. Acabou esse negócio de somente o pessoal da antiga poder tocar, nós também queremos tocá-lo. E revivê-lo.

LILIAN NEWLANDS

rodrigo farias lima e flávio bruno apresentam



De Luiz Marinho Direção de Luiz Mendonça O Espetáculo Teatral que ganhou 2 Prêmios Molière Rio 74.

TRINTA ATORES e MÚSICOS EM CENA: Censura 16 anos. JOÃO JOSÉ POMPÊO e FERNANDO DE SOUZA também estão no CORDÃO!

de 3.º a 6.º às 21 horas. - Sábados às 20 e 22,30 horas

Domingos às 18 e 21 horas

Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 931 — São Paulo

Dia 12 de dezembro estréia no TEATRO JOÃO CAETANO no RIO





PARA ANUNCIAR

EM

CRÍTICA

TELEFONE PARA (021)242-7395

CRITCA 13 a 19/10/1975



JUAN PAREDES

(Para Sarah)

Premido contra a parede
negra, de fuzilamento,
premido - não suprimido pela falange fascista
de Franco - lodo e excremento -,
premido por destemido,
por guerreador aguerrido,
Juan Paredes, guerrilheiro,
grita contra seus algozes
o asco do povo basco.
E ao mesmo tempo que o grita,
o filho de Zarauz -

vinte e um anos incompletos -,
compõe e impõe, contra a morte,
contra baraço e garrote,
um vasto incêndio de luz,
cuja chispa é a chibatada
de sua voz, arma terçada
contra a mira dos fuzis,
para inflamar outras vozes,
outros punhos e gatilhos,
outros pais e outros filhos,
nas lutas da liberdade
contra as tiranias vís.

RIO, 2/10/75

HELIO PELLEGRINO